

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA**

Rosângela Márcia Weippert

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)
APOIADOS PELO PROJETO TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE DO VALE
DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)**

**São Leopoldo - RS
2008**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA**

Rosângela Márcia Weippert

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)
APOIADOS PELO PROJETO TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE DO VALE
DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)**

**Dissertação de Mestrado submetida à
Universidade Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS, como parte dos requisitos à
obtenção do título de Mestre em Economia.**

**Orientador: Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves
Co-Orientadora: Profa. Dra. Angélica Massuquetti**

**São Leopoldo
2008**

Dedico este estudo a minha filha Raíssa desejando que a importância do trabalho coletivo lhe sirva de lição para a vida.

*A hora de agradecer se insere como momento de reconhecimento aqueles e àquelas que de alguma maneira contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.
Muito obrigada!*

O agradecimento mais especial é para o meu orientador, Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves e para minha Co-Orientadora, Profa. Dra. Angélica Massuquetti.

“Do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, ao contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção” (Karl Marx).

RESUMO

Este estudo objetivou analisar os aspectos de formação e de gestão de seis Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) incubados pelo Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Partiu-se de suas histórias de formação e analisou-se o apoio da UNISINOS para verificar seus processos de gestão do negócio, fundamentalmente: tomada de decisões, verificação de oportunidades de ampliação e prestação de contas interna quanto aos resultados. A metodologia da pesquisa incluiu visitas aos EES e entrevistas com seus participantes através de aplicação de questionário aberto. Esta investigação foi orientada por indagações acerca da viabilidade econômica desses EES e da sua caracterização enquanto empreendimento solidário. Os resultados da pesquisa apontaram afirmativamente para ambas as questões.

Palavras-chaves: EES. Solidariedade. Auto-gestão. Economia Solidária.

ABSTRACT

This I study planned to analyze the aspects of formation and of management of six Supportive Economic Undertakings (EES) incubated by the Project Social Technologies for Supportive Undertakings (Tecnosociais) of the University of the Order of Rio of the Bells (UNISINOS). It left of his histories of formation and analyzed itself the support of the UNISINOS for verify his trials of management of the business, fundamentally: decision-making, enlargement opportunities verification and installment of you count internal as regards the results. The methodology of the research included visits to the EES and interviews with his participants through application of open questionnaire. This inquiry was oriented by inquiries about the economic feasibility of those EES and of his supportive undertaking while characterization. The results of the research aimed affirmatively for both the questions.

Keywords: EES. Solidarity. Auto-management. Supportive economy.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Trajetória da economia solidária no Brasil..... | 19 |
| Quadro 2: Eixos das políticas públicas gaúchas para a economia solidária..... | 23 |
| Quadro 3: Resumo da trajetória da idéia cooperativa..... | 29 |
| Quadro 4: Motivação para criação dos EES – Brasil e Região Sul..... | 40 |
| Quadro 5: Área de atuação dos EES..... | 54 |
| Quadro 6: Descrição dos EES conforme a categoria apoio institucional..... | 69 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - % de EES na Economia Solidária nas regiões do Brasil..... | 41 |
| Gráfico 2: % de EES no Brasil | 42 |
| Gráfico 3: Distribuição % por sexo de trabalhadores nos EES gaúchos | 43 |
| Gráfico 4: Resultados financeiros das EES no Brasil..... | 45 |
| Gráfico 5: Resultados financeiros das EES na Região Sul..... | 46 |
| Gráfico 6: % de empreendimentos visitados no RS | 53 |
| Gráfico 7: Escolaridade dos associados | 55 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Número de EES no Brasil – por Regiões – 2007..... | 39 |
| Tabela 2: Número de EES no Brasil – por UF – 2007..... | 42 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 REVISÃO DE LITERATURA | 17 |
| 1.1 Economia solidária no Brasil..... | 17 |
| 1.2 Antecedentes históricos..... | 23 |
| 1.3 Economia solidária..... | 30 |
| 1.4 Empreendimentos econômicos solidários..... | 35 |
| 2 METODOLOGIA: MATERIAL E MÉTODO | 47 |
| 2.1 Procedimento de pesquisa..... | 47 |
| 2.2 Descrição dos EES pesquisados..... | 47 |
| 2.2.1 Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda..... | 47 |
| 2.2.2 Cooperativa de Trabalho e Produção do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. | 48 |
| 2.2.3 Associação dos Trabalhadores Urbanos de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos – Reciclagem e Horta Vitória..... | 49 |
| 2.2.4 Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária..... | 50 |
| 2.2.5 Grupo de Reciclagem Habitacional..... | 51 |
| 2.2.6 Grupo de Corte e Costura das Habitacionais..... | 51 |
| 2.3 Dificuldades e limitações..... | 51 |
| 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 53 |
| 3.1 Aspectos gerais dos EES..... | 53 |
| 3.2 O processo de formação dos EES..... | 55 |
| 3.3 Os processos de controle, decisão e gestão dos EES..... | 59 |
| 3.3.1 Processos de controle existentes nos empreendimentos incubados..... | 59 |
| 3.3.2 Processos de decisão de investimento, gestão e atribuição de tarefas..... | 64 |
| 3.3.3 Identificação das oportunidades de negócios..... | 67 |
| 3.4 O papel do projeto tecnosociais da unisinos..... | 68 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 71 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 75 |
| ANEXO: Roteiro de Pesquisa | 79 |

INTRODUÇÃO

O debate em torno dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), nos campos acadêmico e político emergiram em razão:

- a) do aumento do desemprego¹ estrutural (ou seja, aquele que mesmo havendo crescimento econômico não desaparece de todo ou pelo menos continua a afetar uma parcela significativa da população);
- b) da dificuldade crescente de recolocação, no mercado de trabalho, de pessoas com baixos níveis de escolaridade formal ou mesmo déficits outros em suas capacidades²;
- c) da necessidade de uma nova forma de inclusão social desse exército de subcidadãos que não se tornam incluídos por meio da venda de sua força de trabalho nem por uma política pública de transferência de renda;
- d) do renascimento do associativismo, cooperativismo, das redes de pessoas que se articulam para trocar, comprar, mas também para produzir, para reivindicar o trabalho quando da falência de seus antigos empregadores etc., promovendo e abrigando empreendimentos de diferentes origens, segmentos e desenhos organizacionais, envolvendo trabalhadores e agentes mediadores, como, por exemplo, as universidades.

De acordo com Guimarães (2000), os EES podem oferecer aos seus participantes, além da oportunidade de geração de trabalho e renda, relações de trabalho participativas e

¹ Desde os anos 1980, quando o Brasil teve uma queda brusca em suas taxas de crescimento, a economia não foi capaz de gerar os empregos necessários para a população de trabalhadores no país. Segundo Pastore (2004a) o estoque de desempregados, em 2004, era de aproximadamente 10 milhões de pessoas e, anualmente, chegavam ao mercado de trabalho quase dois milhões de jovens, resultando em um quadro dramático e de solução demorada. Tomando-se essa referência como base das necessidades e verificando-se que o crescimento do emprego formal no Brasil foi de apenas 948.288 postos ao ano, em média, no período 1995-2005, pode-se qualificar a magnitude deste problema no país.

² A respeito da Abordagem das Capacitações, ver Sen (2000).

democráticas. Isso implica que o solidarismo de que se fala não é só alternativa à exclusão e à marginalização – ao possibilitar, aos participantes, aprendizados relacionados às técnicas de produção e de gestão do negócio.

Os Empreendimentos Solidários, os quais abrangem uma gama variada de expectativas e práticas, se desenvolvem tanto no sentido de empresas como no sentido solidário, apoiados no mundo cooperativo: empresarial porque buscam resultados por meio de uma ação planejada para melhor utilização de todos os recursos produtivos, humanos e materiais; e solidário porque tem por proposição que a cooperação beneficie os próprios trabalhadores.

A base destes empreendimentos é a cooperação, conciliando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição, com os princípios da socialização desses meios. Há estudos de diversas experiências e formas de organização de Empreendimentos Solidários no Brasil, cuja abrangência compreende diversas atividades econômicas em ramos distintos, como se pode verificar através dos dados do mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual criou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), onde foram identificados 14.954 EES em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Considerando a distribuição territorial, verifica-se que há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul (ATLAS, 2005).

Conforme dados do mapeamento do SIES é possível averiguar que os empreendimentos solidários estão crescendo no Brasil. A primeira apresentação mais geral das informações colhidas no mapeamento é uma contribuição para a consolidação da ação feita em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com objetivo de fortalecer este segmento econômico, dando-lhe mais reconhecimento e tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades. O Atlas da Economia Solidária no Brasil demonstra que o segmento tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho (ATLAS, 2005).

Esta e outras ações do Governo Federal, bem como de outras esferas do poder público (Estadual e mesmo Municipais) têm sido fundamentais para a consolidação dos EES, principalmente, ao encaminhar soluções práticas quanto ao marco legal do setor, à acessibilidade ao crédito ou a consultorias junto a instituições parceiras (onde entram as

Organizações Não-Governamentais (ONGs), universidades, organizações de matriz sindical, entidades religiosas e outras).

Nesse grupo, especial destaque deve ser dado à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP's), aonde muitas universidades vêm trabalhando no apoio à criação e desenvolvimento dos EES. Para este apoio, de acordo com Singer *apud* Cançado (2004), as entidades auxiliam com trabalhos voluntários, assistência técnica, oferecem formação, acompanhamento, cedem estrutura física, fornecem crédito subsidiado, capacitação e doações etc. Além de participar da Rede ITCP's, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) também integra, desde o ano 2002, o Fórum Estadual e Regional de Economia Solidária. A trajetória de atividade de assessoria e acompanhamento de cooperativas no estado do Rio Grande do Sul, pela UNISINOS, possui mais de três décadas, iniciado com o Instituto Multifuncional Cedope – incorporado ao Instituto Humanitas UNISINOS (IHU) em 2001 (TECNOSOCIAIS, 2008b).

Neste contexto, essa dissertação trata do processo de formação e de gestão de seis EES, situados em São Leopoldo, incubados pelo Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que são: Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda. (COOPERED); Cooperativa de Trabalho e Produção do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. (COOTRAERGS); Associação de Trabalhadores Urbanos de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos (ATUROI); Grupo de Corte e Costura das Habitacionais; Grupo de Reciclagem das Cooperativas Habitacionais; e Grupo de Alimentação/Artesanato do Bom Fim.

Diversos pesquisadores, como Gaiger (2007a), Arruda (2003) e Razzeto (1993), afirmam que os EES devem se adequar aos seguintes princípios básicos:

1. produção com cooperação consciente entre os membros;
2. basear a gestão não em organismos externos ou a uma cúpula interna, mas garantir que haja auto-gestão efetiva das atividades;
3. garantir a viabilidade econômica;
4. desenvolver práticas de solidariedade dentro e fora dos EES.

Nesse sentido, o problema de pesquisa desta dissertação surge de um questionamento principal acerca da viabilidade econômica desses EES e da sua caracterização enquanto empreendimento solidário. Ou seja, o que confirma que esses EES continuarão atuantes fora

do ambiente protegido pelas instituições de apoio como as incubadoras? E, se continuarem, será por suas qualidades de empreendimentos alternativos ou justamente por irem aderindo aos poucos ao modelo capitalista tradicional? Desse questionamento inicial, elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: como foi encaminhada a formação dos EES estudados e como a sua gestão vem sendo realizada?

O objetivo geral desta pesquisa é identificar os processos de gestão, decisão e controle da atividade econômica existentes nesses empreendimentos incubados e se há efetivo compartilhamento nos processos de gestão – decisão de investimento, cortes de custo, análises de expansão do negócio e de atribuição de tarefas em geral, bem como da repartição dos resultados.

Os objetivos específicos foram assim elaborados:

1. Verificar as características do processo de formação dos EES selecionados;
2. Identificar o papel do trabalho desenvolvido e as Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários da UNISINOS na existência desses EES.
3. Analisar, nos EES selecionados, como se deu sua formação e como está se dando sua gestão econômico-financeira.

Esse estudo se justifica seja por sua oportunidade, viabilidade e/ou contribuição. No que se refere à oportunidade, esse é um momento importante, pois a dinâmica da economia não tem sido suficiente para gerar o volume empregos necessários e os empreendimentos solidários podem ser uma alternativa para os que estão desempregados. Assim, saber quais são suas potencialidades e deficiências, neste momento, torna-se de suma importância, pois permitirá estabelecer políticas de fortalecimento e a criação de novos empreendimentos, aliviando a tensão social decorrente do desemprego.

A viabilidade decorre da possibilidade de acesso aos incubados e a disponibilidade de dados referentes aos empreendimentos incubados pelo Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

E no que se refere à contribuição, acredita-se que os resultados permitem um avanço no que diz respeito à verificação de aderência de conceitos e reflexões. Dessa forma, tanto os participantes desses empreendimentos como os formuladores de políticas públicas poderão se apropriar desses resultados, gerando melhores práticas e políticas públicas mais adequadas.

A presente pesquisa foi elaborada em três capítulos: no primeiro capítulo, com o objetivo de selecionar a literatura a ser citada, desenvolveu-se um breve retrospecto temático através da revisão da literatura, dando ênfase aos empreendimentos solidários. Já, no segundo capítulo, apresentou-se a metodologia empregada objetivando organizar a apresentação do estudo. O conjunto de EES analisados, para objetivamente encaminhar à conclusão, está no terceiro capítulo, juntamente com a descrição dos resultados obtidos. Por último, apresenta-se a conclusão a que se chegou após a análise dos dados.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Economia solidária no Brasil

O Brasil também tem um histórico no que diz respeito ao cooperativismo como forma embrionária do solidarismo. Em 1889, a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, impulsionou a criação da primeira cooperativa³ de crédito rural no Brasil, em 1902, por iniciativa do padre jesuíta suíço Theodor Amstad. Para a OCB (2004), o modelo tinha forte preocupação moral e, por isso, proibia a distribuição de sobras aos associados.

A partir dessa época, começaram surgir as leis sobre cooperativismo, sendo que a Constituição Federal de 1891 (art. 72 § 8º) garantiu a associação dos indivíduos em organizações populares como sindicatos e cooperativas. Mas foi em 1932, com a edição do decreto 22.239, que se passou a adotar a doutrina dos probos de Rochdale no cooperativismo brasileiro. Esta foi a primeira lei do país a tratar especificamente sobre o cooperativismo, definindo-o como sociedade de pessoas e não de capital, além de garantir a isenção de vários impostos. Muitos outros episódios históricos vieram a seguir, sendo que a tomada do controle das cooperativas pelo Estado, a partir de 1930, tutelando-as por cinco décadas, inibiu o processo do crescimento cooperativo. Nos anos 70, a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) reativou o sistema de suporte ao movimento, modernizando as cooperativas em termos administrativos e gestoriais e retomando, assim, a expansão dessa atividade (SCHARDONG, 2002).

³ Essa cooperativa está ainda hoje em funcionamento.

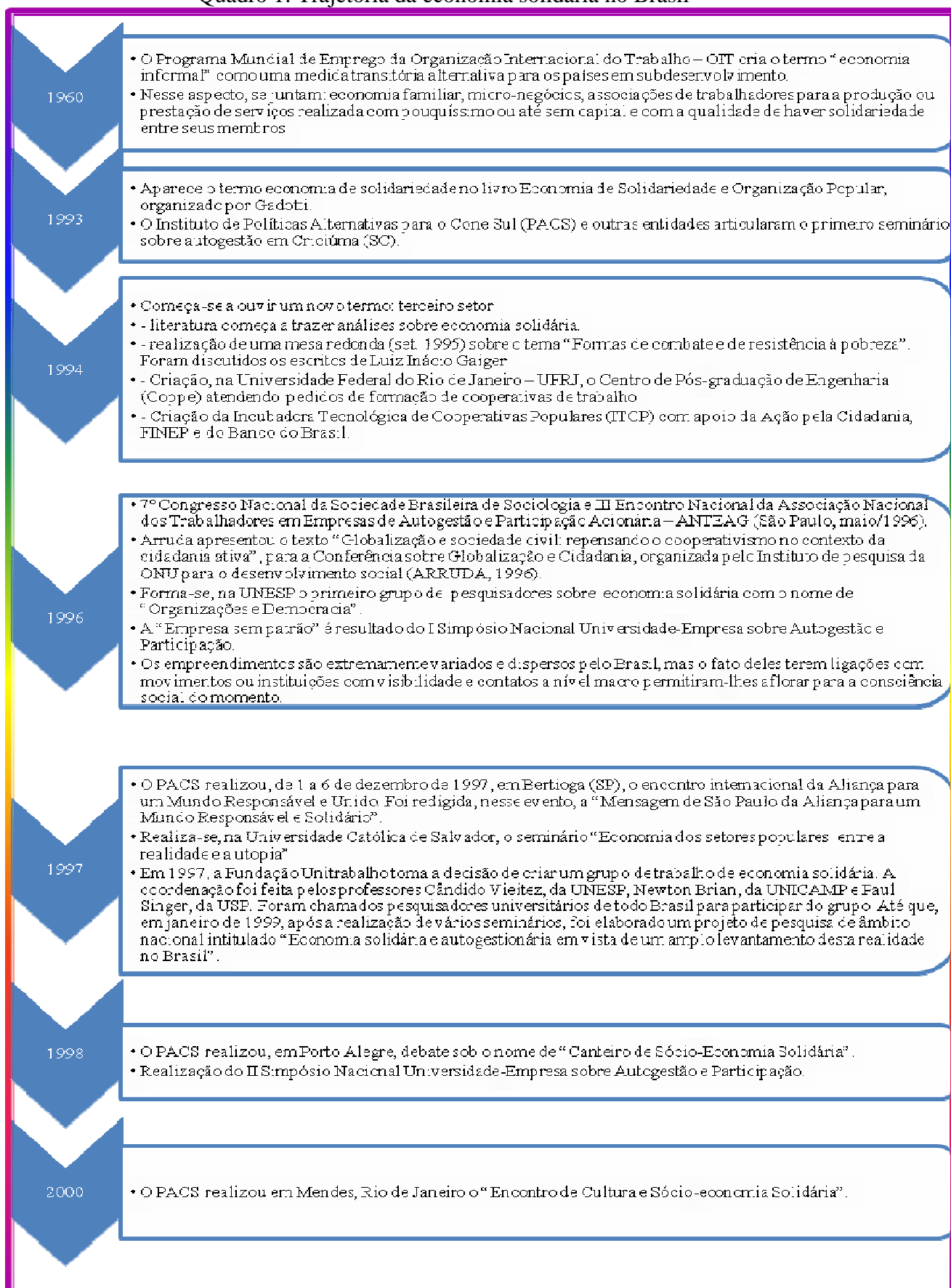
Neste mesmo período surgiu a economia solidária no Brasil que se destacou na década de noventa como uma alternativa para a desestruturação do processo industrial brasileiro. Segundo Azevedo (2006, p. 2), “Nesse cenário emergiu um conjunto de iniciativas próprias dos trabalhadores, de fábricas falidas ou que estavam em desemprego há mais tempo, cujo objetivo foi tentar a re-inserção no mercado através de formas associativas de produção”. Foi neste processo que se deu o surgimento da “economia popular e solidária”. Esses empreendimentos surgiram através do esforço dos trabalhadores na reconquista de seus empregos, reestruturando as empresas em que trabalhavam ou criando novas empresas com novos modelos gestionários.

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão teve cunho teórico-político-ideológico. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária ou cooperativismo popular.

O Brasil apresenta um panorama diferenciado sobre a economia solidária, talvez em função das suas próprias características de pluralidade cultural. Não foge dos conceitos e definições já expostos, contudo, pode-se afirmar que suas origens estão nas questões socioeconômicas e políticas, nas reações da sociedade civil às crises sociais e, marcadamente, no desemprego estrutural.

O quadro 1 aponta datas e fatos que influenciaram as políticas da economia solidária no país. Observa-se que os debates realizados em congressos, seminários e encontros foram essenciais na criação de grupos de estudos e de entidades que se somaram a novas e importantes concepções sobre economia solidária, estimulando o desenvolvimento de processos para uma ação fundamentada na direção da economia solidária.

Quadro 1: Trajetória da economia solidária no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Moretto (2001); Gaiger (1999); Singer (2000); Tiriba (1997); e Verano Paez (2001).

Observando como surgiram as experiências autogestionárias e solidárias não se pode esquecer o papel desenvolvido pelas instituições de ensino superior ao adentrarem nas questões relacionadas ao mundo trabalho, ao advento dos movimentos sociais, dos sindicatos, das ONGs, das igrejas, das prefeituras e dos governos de postura desenvolvimentista e conscientizadora que oportunizaram essas organizações e à existência de fóruns de debates e outras formas estratégicas de trazer iniciativas solidárias. Os caminhos nem sempre foram abertos com naturalidade, sendo, na maioria das vezes, as mobilizações dos trabalhadores e as pesquisas científicas de intelectuais comprometidos com a história real, vivida pelos sujeitos, responsáveis por evidenciar situações de opressão, de repressão, de miséria e de fome a que a maioria da população era submetida. Daí surgiram as ações mediadoras desses problemas.

Praticar a autogestão não é um processo novo, mas ainda gera muitas dúvidas sobre sua implantação, o que não é estranho para quem se criou e vive no sistema capitalista. Há muito que se aprender, sem dúvida, mas também há de se reconhecer que essa forma de organizar a gestão de um empreendimento tem permitido que os trabalhadores recebam, com mais justiça, os lucros dos produtos e serviços que realmente lhes pertence, coisa que o sistema capitalista lhes tem recolhido para ampliar o capital dos patrões (TAUILE e DEBACO, 2002).

Para Singer (2000), a autogestão é o principal marco diferencial entre uma empresa capitalista e uma experiência de economia solidária, pois atinge frontalmente o principal alvo da crítica ao capitalismo: o poder ditatorial. Trata-se de renunciar à administração hierárquica tradicional e tomar as decisões de forma coletiva. Na administração autogestionária, as informações são socializadas e as orientações fluem de baixo para cima. A autoridade máxima, na economia solidária, é a assembléia.

A afirmação de Singer, no entanto, não pode ser generalizada quanto ao significado de “poder ditatorial” e de administração autogestionária na atual conjuntura, uma vez que as muitas empresas privadas adotam, também, a tomada de decisões em assembleias, mesmo que elas sejam formadas pelos grupos participantes do capital, com direito a voto de acordo com o número de cotas que lhes cabe. É possível que isso aconteça em companhias familiares fechadas ou em ambientes de pouca transparência.

As relações tradicionais de emprego inibem a criatividade e a participação, condicionando o trabalhador a permanecer passivo. Esta atitude, tal qual um círculo vicioso, faz com que ele assuma uma postura de inferioridade, julgando-se incapaz de participar. Isto pode levar a que se imponham relações de autoritarismo porque sempre quando há um lugar

vago, este é ocupado. Se o trabalhador não ocupa o seu espaço, se ele não se posiciona, alguém fará isso por ele (SINGER, 2000).

Singer (2000) lembra que todos os trabalhadores devem assumir responsabilidades por todo o processo e isso significa romper com o que Freire (1985) chama de cultura do silêncio: significa rejeitar as próprias relações capitalistas, de mando e submissão. O maior inimigo da economia solidária é, para Singer (2000), o desinteresse do trabalhador em se manter informado e participar na tomada de decisões. Este é o principal motivo pelo qual é necessário atuar de forma pedagógica, se o compromisso for construir uma economia solidária. Através da “Teoria da Ação Dialógica” proposta por Freire (1985), julga-se ser possível que se rompa com o mutismo dos trabalhadores e eles possam ocupar, na sociedade e no grupo do qual eles fazem parte, o espaço que lhes é de direito.

No entanto, a participação do trabalhador vem crescendo a cada dia o que indica que o ambiente de trabalho moderno esteja se transformando em espaço administrado por boas normas da governança corporativa, estimulando a discussão, a deliberação e o compartilhamento dos resultados. Um percentual significativo dos trabalhadores brasileiros está inserido em empresas gerenciadas na forma tradicional. As iniciativas no modelo de autogestão vêm encontrando todo tipo de dificuldades e até mesmo de preconceitos, no entanto, muitas delas já apresentam relatos de sucesso. Uma empresa de autogestão, segundo Tauile e Debaco (2002), se formaliza através da junção de indivíduos que dispõem de algum patrimônio, mesmo que pequeno, e são pessoas de baixa instrução, porém são experientes no trabalho e podem se assessorar de técnicos em processo de produção, o que normalmente fazem. A autogestão traz vantagens porque busca a proteção dos empreendimentos de determinados riscos; os trabalhadores são participantes ativos na tomada de decisões; e, sendo os próprios proprietários, sentem maior motivação e se fortalecem para vencer as adversidades. A autogestão proporciona, ainda, eficiência, transparência na gestão, solidificação dos negócios, geração, direta e indireta, de trabalho e renda.

No Brasil, os mais conhecidos exemplos de empreendimentos que aplicaram a autogestão são, conforme a ANTEAG (2006):

a) a Cooperminas, antiga CBCA, hoje com 400 sócios, situada em Criciúma/SC e que desde 1917 produz carvão. Vem sendo administrada desde 1987 pelos trabalhadores, permitindo uma série de avanços sociais para os mineiros, além da continuidade dos postos de trabalho até hoje; e

b) a Companhia Geral de Fogões S.A., em Guaíba/RS, onde 150 trabalhadores voltaram a trabalhar em março de 2002, graças a um acordo na justiça possibilitado por um financiamento de R\$ 600 mil reais concedido pelo BANRISUL.

Para que os trabalhadores se preparem para gerir democraticamente os seus negócios é necessário o investimento em educação e organização, o que se percebe na atenção dispensada pelos movimentos sociais.

Na perspectiva de ser dono do negócio, surgia a dúvida: o que é mais importante, ter o controle da gestão ou o controle dos meios de produção? [...] Existem casos de os trabalhadores gostarem tanto da gestão empresarial que assumem o controle da empresa como gestores empresariais e se recusam a responder enquanto verdadeiros donos coletivos da empresa. O caminho é educar os proprietários coletivos para que assumam o controle da gestão. Não é por outra razão que a Anteag investe 70% da sua força na educação dos gestores. Não adianta ter o controle da empresa se não se tem controle da gestão (ANTEAG, 2006, p. 22).

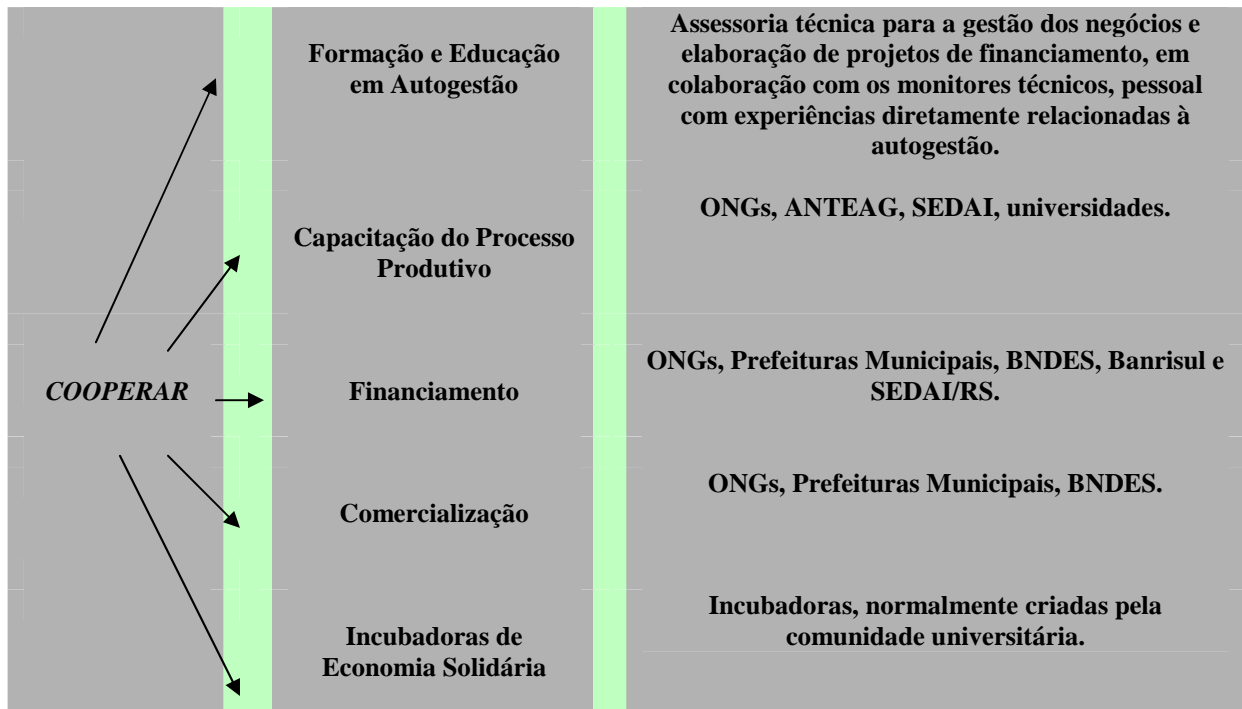
Vale também refletir sobre o processo da autogestão, dirigido pelos próprios donos, na expectativa de êxito. A visão socialista fornece uma importante aprendizagem para a autogestão, assumida no coletivo em todo o processo de produção (SINGER, 2000). Outro aspecto importante é a eficiência, que é a capacidade que os sujeitos têm de planejar, atuar, produzir, colocar produtos e serviços no mercado, atender pedidos, cumprir agendas, enfim, atingir os objetivos do empreendimento. Isto também envolve conhecimento sobre a maximização ou a minimização dos custos de produção, diminuir despesas, oferecer preços que satisfaçam os consumidores (MILLER, 1981).

Em alguns casos, os trabalhadores cooperativados arrendam espaços existentes, deixados por empresas falidas, mas sem atribuir dívidas ao empreendimento. Isso, além de beneficiar o novo negócio, preserva postos de trabalho, valoriza o patrimônio e produz benefícios aos próprios trabalhadores (CARVALHO, 1994).

No Brasil, as políticas públicas para a economia popular solidária têm como expoente o Programa Economia Popular Solidária (EPS) que vem atuando em algumas prefeituras brasileiras e as incubadoras de cooperativas populares criadas por universidades públicas e privadas. No estado do Rio Grande do Sul foram criados os instrumentos essenciais para lançar a idéia e a objetividade necessárias para iniciar a implantação de políticas públicas para

fomentar a economia solidária (VALE, 2007). As primeiras orientações do programa constam de 5 eixos, como é possível observar no Quadro 2.

Quadro 2: Eixos das políticas públicas gaúchas para a economia solidária



Fonte: (VALE, 2007).

O quadro 2 contextualiza os eixos estimuladores das políticas públicas para que a economia solidária se converta em iniciativas apoiadas pelo estado e pelos órgãos ali citados. Com a implantação destes eixos, outros fatores de melhoria irão se acrescentando como redes de comunicação, redes de compras e vendas (dentro e fora da rede) e desenvolvimento de economias solidárias.

1.2 Antecedentes históricos

A Europa foi palco e trânsito das primeiras idéias cooperativistas e socialistas. Karl Marx, segundo Lechat (2008) e Singer (2001), denominou como “socialistas utópicos” os primeiros cooperativistas porque não os considerava como “socialistas científicos”, que tinham rigor e objetividade para defenderem suas posições, as quais eram sempre pautadas em procedimentos e métodos, mas utópicos. Ou seja, os primeiros defendiam um modelo abstrato

e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à organização social existente, no entanto, inexecutável por não estar vinculado às condições políticas e econômicas da realidade concreta. Buber (1945, p. 27) os analisava como lutadores “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade”. Entre os nomes que marcaram o nascimento do cooperativismo, o autor citou Saint-Simon e Fourier, Owen e Proudhon, Kropotkin e Landauer, considerando que deles vieram diferentes idéias, mas todos contribuíram com um único pensamento construtivo, o que foi sintetizado por Proudhon e seus sucessores. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, as cooperativas tiveram vida efêmera por motivo de fortes reações da classe patronal e da hostilidade do governo, segundo Lévesque, Malo e Girard *apud* Lechat (2008).

O cooperativismo moderno, segundo Snóz (2007), tem origem acentuada na cooperação econômica desenvolvida no século XVI, como na organização de cooperativas de trabalho e das “Colônias Cooperativas” para produzir e comercializar seus produtos, sem intermediários, articuladas estruturalmente por John Bellers.

Singer (2003) assinalou que, na Europa, a economia solidária surgiu no fim do século XVIII, com a primeira Revolução Industrial, tomando forma mais nítida, a partir do século XIX, na Inglaterra. Porém, somente a partir da metade do século XIX é que esse tipo de economia configurou-se como cooperativas⁴, difundindo-se no mundo todo. Nos Estados Unidos também surgiram experiências semelhantes, sendo criadas, segundo Lechat (2008), várias comunidades ou aldeias cooperativas ao longo do século XIX. As cooperativas eram tentativas, por parte de trabalhadores, de recuperar trabalho e autonomia econômica que haviam perdido com o avanço das novas forças produtivas.

É desta época a criação da mais famosa cooperativa de consumo, a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Criada em 1844 por 28 trabalhadores, tratava-se de uma experiência que ficou conhecida pelos seus sucessos e pelos seus fracassos. Rochdale era uma cidade inglesa industrial com raízes culturais fortes de seus tecelões auto-educados. Antes de fundarem a cooperativa de consumo, esses trabalhadores já haviam participado de vários movimentos políticos (Owenista, cartista, movimentos religiosos e sindicais) e participado das

⁴ O conhecimento acerca da história do cooperativismo, mesmo não sendo objeto deste estudo, contribui para compreender a importância desse processo para a sobrevivência dos indivíduos. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a origem do cooperativismo vem das atividades realizadas pelos incas pré-colombianos - tribo dominante no Peru até a época da conquista espanhola. Os incas perceberam a validade do ajuntamento humano para resguardar a sobrevivência. Além dos incas, há outros exemplos de cooperativismo atuante entre os antigos povos como babilônios, gregos, chineses, astecas e maias. Muito antes disso, porém, segundo consta na história da humanidade, o filósofo grego Aristóteles, 300 a.C. já tinha concluído que o homem é um ser social, o que caracteriza a vivência em sociedade e microsociedades com o caso das cooperativas (OCB, 2004).

famosas greves de 1842-1844. Foi a partir da derrota do projeto da cooperativa, em função de desacertos com os vizinhos dos terrenos que utilizavam que surgiu a idéia de aplicarem o pouco que recebiam por semana do sindicato na fundação de uma loja cooperativa. Além da criação de uma loja que viabilizasse o consumo de seus sócios, eles almejavam construir casas e mesmo fábricas para dar trabalhos aos desempregados. Tiveram êxito sob a orientação dos princípios de igualdade, liberdade, ética e justiça. Infelizmente, os próprios valores solidários levaram à falência seus empreendimentos imobiliários, provocando a sua compra por outros cujos princípios eram opostos, ou seja, que não adotavam princípios de autogestão e de divisão de lucros. Foi esse insucesso que fez com que, posteriormente, os pioneiros se restringissem a incentivar as cooperativas de consumo (COOPERATIVISMO, 2008). Lévesque, Malo e Girard *apud* Lechat (2008, p. 2) acrescentaram que:

Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos, as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial. Percebe-se que os empreendimentos de economia social surgem geralmente em cachos, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica.

Segundo Hunt (1987), o industrialismo, inicialmente, criou um processo de êxodo, motivando artesãos e trabalhadores a migrarem para as grandes cidades, onde fábricas se multiplicavam com promessas de ocupação de mão-de-obra. No entanto, por existir um grande contingente de mão-de-obra, os trabalhadores enfrentavam abusivas jornadas de trabalho (16 horas/dia) e salários insignificantes, sendo que mulheres e crianças trabalhavam em situações ainda mais desumanas do que aquelas enfrentadas pelos homens. Além das precárias condições de trabalho, de acordo com Pinho (1982), também os movimentos sindicalistas incentivaram a organização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses diante das empresas capitalistas, o que muito ajudou na interpretação do cooperativismo em termos de organização da autogestão, normas e regras para a aplicação do verdadeiro ideal do cooperativismo.

Foi em razão das mudanças sociais, econômicas, culturais, dentre outras, e dos diversos atores envolvidos no processo dos diferentes movimentos de economia social que se originaram as características desse tipo de economia que visa o trabalho cooperativo, como demonstraram Lévesque, Malo e Girard *apud* Lechat (2008).

Os autores afirmaram que o período compreendido entre 1930 e 1940 foi um marco para a transformação do trabalho corporativo, o qual não considerava o todo social e começava a sofrer concorrência devido à criação de “sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção”, essas concretizadas por operários e artesãos, fundadas em um espírito de solidariedade. Estas organizações procuravam minimizar os sofrimentos causados por doenças, mortes e acidentes, negando ainda totalmente o pertencimento a uma classe pobre que só tinha para viver a remuneração da sua força de trabalho, mesmo que esse valor fosse insuficiente para suprir as necessidades. Com base em Laville e Roustang *apud* Lechat (2008, p. 3), partir de 1848, no entanto, a repressão se abateu sobre estas associações. A grande crise dos anos 1873-1895 leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores. Na França, as associações foram reconhecidas pela lei de 1901, mas foram restritas a trocas não monetárias, a menos que estivessem ligadas à ação dos poderes públicos.

As cooperativas tornaram-se uma organização política, econômica e social alternativa que inspirou diversas iniciativas até que a gravidade da crise do final dos anos 20 do século XX e a ascensão do keynesianismo ao centro de formulação da política econômica em todo o mundo capitalista central levaram a uma intervenção do Estado mais direta, responsabilizando-se por uma série de políticas sociais de amparo aos desempregados. Além disto, também se promoveu um conjunto de regulações aos trabalhadores, diminuindo, com o próprio retorno do crescimento econômico, a necessidade daquelas alternativas preconizadas pelo cooperativismo (LECHAT, 2008).

Porém, após a Segunda Guerra Mundial, a economia dita não-monetária⁵ ficou excluída devido à expansão do mercado e à estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Conforme Laville e Roustang *apud* Lechat (2008, p. 3), ocorreu um rompimento “entre o social, o econômico e o político”. Motivo pelo qual, a resposta ao capitalismo e seus efeitos só pôde ocorrer com base em elementos distintos, sendo que alguns desses elementos abrangiam a economia de mercado e outros a economia de não-mercado:

Mas, este quadro mudou a partir da segunda metade da década de 70 do século XX. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por conseqüências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora. Floresceu então, a partir de 1977 e até 1984, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas [...]. Os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. A queda do muro de

⁵ Atingiu, também, outros modos de organização da economia, não apenas o cooperativismo, mas também as organizações familiares, populares e sociais, onde é restrita a presença dos valores e do próprio signo da riqueza capitalista – o dinheiro.

Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo. (LECHAT, 2008, p. 3-4).

No mundo inteiro, a partir de 1970, ressurgiram apoiados por igrejas, sindicatos, partidos etc. grupos de trabalhadores que lutavam na justiça por gerirem as massas falidas que os empregavam, além de inúmeras associações de trabalhadores do campo e da cidade que buscavam criar, de um lado, uma alternativa de geração de trabalho e renda e, de outro, um ambiente social mais propício ao compartilhamento de problemas e soluções.

Foi devido a esse movimento novo de economia social que, nos anos 80, surge uma nova concepção literária que abrange Europa, América do Norte e América Latina, fazendo com que inúmeros pesquisadores, em sua maioria economistas e sociólogos, direcionassem seus estudos para esse novo tema. Tais pesquisadores observaram a criação de várias cooperativas de trabalho e o movimento operário que transformava empresas falidas em autogeridas (LECHAT, 2008).

Dessa forma, o cooperativismo tornou-se uma das mais viáveis alternativas para promover o crescimento econômico, capacitando os diversos campos setoriais da economia e utilizando estratégias mobilizadoras da participação democrática, da solidariedade, da independência e da autonomia. Com esses princípios, atendia aos interesses dos cooperados, proporcionando políticas sociais de interesses comuns, como: defesa e melhoria da situação econômica dos cooperados, baixos custos nos bens e serviços e preços justos (SCHARDONG, 2002).

Neste contexto histórico é interessante que se faça menção à existência dos ESOPs (Employee Stock Ownership Plan), empresas que sobreviveram sob a administração dos próprios empregados após a sua falência. Nessas situações, os **empregados também são proprietários** no todo ou em parte, através da compra de ações. A sociedade criada por seus empregados (como o paradigma de uma cooperativa), não coloca ações à venda ao público em geral (<http://en.wikipedia.org/wiki/>). Sendo a organização cooperativa concebida como entidade social que pratica a defesa dos interesses dos trabalhadores contra os excessos do individualismo e promotora da valorização do indivíduo, tem relevante papel como instrumento do desenvolvimento econômico. Sua forma associativa representa importante contraponto ao regime de economia concorrencial capitalista Além disso, de acordo com Hugon (1984), o cooperativismo se constitui num importante facilitador de mudanças na auto-estima e na transformação moral dos homens, conduzindo-os a novas formas de convivência

social, conscientizando e criando novas mentalidades, para impulsionar o processo de desenvolvimento, diferentemente do capitalismo que é autofágico.

Para Barcelos (2006), a maneira mais coerente de apostar na concorrência é fazer dela uma fomentadora do crescimento econômico, através da cooperação entre pequenos produtores. As cooperativas podem dar maior permeabilidade à economia, gerando inovações e fazendo a integração entre consumidores e produtores. Sendo assim, o cooperativismo configura-se como um método que aproxima indivíduos ou famílias para constituir um empreendimento participativo, com os mesmos direitos a todos e resultados repartidos entre os integrantes, cada um na proporção da sua participação. Esse é o princípio que faz do cooperativismo uma doutrina explícita em princípios, normas de conduta e organização gestorial.

O conceito de Economia Solidária surgiu, na França, nos derradeiros momentos do século XX, frente aos problemas sociais que emergiam causando desemprego, e exclusão social. Nessa época, surgiram “Outros conceitos, mais conhecidos do que economia solidária, se desenvolveram dentro de uma lógica de questionamento da economia liberal e neoliberal, mas também de interação com ambas, como, por exemplo, o Terceiro Setor, a Economia Social e a Economia Popular” (NUNES, 2002).

A economia informal⁶, que outrora os analistas a consideravam como um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes, é atualmente uma questão que se impôs aos cientistas sociais, políticos e econômicos pela sua persistência e crescimento. No entanto, como apontou Fields *apud* Moretto (2001), este setor não pode ser corretamente representado por um setor ou por um *continuum*, mas deve ser por setores qualitativamente distintos. Entre estes se pode identificar alguns, como a economia familiar ou os micronegócios e, nestes casos, associações de trabalhadores para a produção e prestação de serviços realizada com reduzido ou até sem capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros, que podem formar conjuntos amplos e heterogêneos voltados para a economia popular e a economia informal.

O quadro 3 apresenta a trajetória da idéia cooperativa desde o início do século XIX até os anos 1980 do século XX.

⁶ Esse termo surgiu na década de 60 no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Quadro 3: Resumo da trajetória da idéia cooperativa

| | |
|---------|--|
| Séc. 18 | <p>No século 18 aconteceu a Revolução Industrial na Inglaterra. A mão-de-obra perdeu grande poder de troca. Os baixos salários e a longa jornada de trabalho trouxeram muitas dificuldades socioeconômicas para a população. Diante desta crise surgiram, entre a classe operária, lideranças que criaram associações de caráter assistencial. Esta experiência não teve resultado positivo. Com base em experiências anteriores buscaram novas formas e concluíram que, com a organização formal chamada cooperativa era possível superar as dificuldades. Isso desde que fossem respeitados os valores do ser humano e praticadas regras, normas e princípios próprios. Então, 28 operários, em sua maioria tecelões, se reuniram para avaliar suas idéias. Respeitaram seus costumes, tradições e estabeleceram normas e metas para a organização de uma cooperativa. Após um ano de trabalho acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo, em 21-12-1844, no bairro de Rochdale-Manchester (Inglaterra). Nascia a Sociedade dos Probos de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Ela criou os princípios morais e a conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico. Em 1848, já eram 140 membros e, doze anos depois chegou a 3.450 sócios com um capital de 152 mil libras.</p> |
| Séc. 19 | <p>No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa. Esse processo emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro surgido no final do século 19, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades.</p> <p>O movimento iniciou-se na área urbana, com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais.</p> <p>Em 1902, surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. A partir de 1906, nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários. Muitos deles de origem alemã e italiana. Os imigrantes trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.</p> |
| Séc. 20 | <p>Com a propagação da doutrina cooperativista, as cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo, voltado para suprir as necessidades dos próprios membros e assim se livrarem da dependência dos especuladores. Embora houvesse o movimento de difusão do cooperativismo, poucas eram as pessoas informadas sobre esse assunto, devido à falta de material didático apropriado, imensidão territorial e trabalho escravo, que foram entraves para um maior desenvolvimento do sistema cooperativo.</p> <p>Em 2 de dezembro de 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e no ano seguinte, a entidade foi registrada em cartório. Nascia formalmente aquela que é a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. Sociedade civil e sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa.</p> <p>A Lei 5.5764/71 disciplinou a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. A limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo.</p> <p>Em 1995, o cooperativismo brasileiro ganhou o reconhecimento internacional. Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi eleito o primeiro não europeu para a presidência da Aliança Cooperativista Internacional (ACI). Este fato contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.</p> <p>No ano de 1998 nascia o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). A mais nova instituição do Sistema "S" veio somar à OCB com o viés da educação cooperativista. É responsável pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras.</p> |
| Séc. 21 | <p>O cooperativismo brasileiro entrou no século 21 enfrentando o desafio da comunicação. Atuante, estruturado e fundamental para a economia do País tem por objetivo ser cada vez mais conhecido e compreendido como um sistema integrado e forte.</p> |

Fonte: Laville, Roustang (1999); Defourny (2001)

A opressão contemporânea é diferente das formas anteriores de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Os “novos” excluídos são como seres descartáveis, deles não se necessita nem para serem explorados – são os que Castelli (2003) chamou de “inúteis do mundo”. São várias as situações descritas como de exclusão, que representam diversas formas e sentidos. Sobre essa palavra se coloca inúmeros processos e categorias, ou seja, pessoas idosas, minorias étnicas ou de cor, deficientes, desempregados de longa duração, jovens que não conseguem o primeiro emprego, mendigos e pedintes, moradores de rua, sem teto, sem terra, catadores de papel, pessoas com dependência química. Enfim, são todos aqueles rejeitados e sem direito a uma vida digna.

Foi nesse ambiente que essas novas experiências, aliadas ainda aos primeiros movimentos de crítica à ideologia pós-crise chamada de neoliberalismo, começam a interessar ativistas no terceiro setor – Organizações Não Governamentais (ONGs) e outros – e, principalmente, acadêmicos ligados aos movimentos sociais. Esse interesse, contudo, acabou por gerar inúmeras definições para o “fenômeno novo”, onde se situariam os mais diversos empreendimentos da economia popular, doméstica, social, urbana, rural, herdeiros de massas falidas, cooperativas de trabalho, de trocas, de crédito, etc., muita discussão teve e ainda tem lugar (NUNES, 2002; AZEVEDO, 2006).

1.3 Economia solidária

Para se chegar a uma compreensão sobre economia solidária, é importante conhecer os conceitos de solidariedade e de economia, o que se contrapõe à competição e ao individualismo e englobam, como indicou Arruda (2003, p. 226):

- (a) “ligação indissolúvel entre elementos de um mesmo organismo ou sistema”;
- (b) responsabilidade comum;
- (c) fraternidade;
- (d) co-responsabilidade.

Quanto ao vocábulo “economia”, Arruda (2003) recuperou a noção grega de “gestão da casa”, afirmando que o termo foi deturpado, pois se relacionou à acumulação de riqueza

material. Este autor lembra que economia nada mais é do que formas diferentes, de acordo com os contextos históricos e sócio-culturais, de como a sociedade se organiza e utiliza os recursos naturais na busca pela produção e reprodução da vida. O autor também questionou a pretensão da economia capitalista querer se constituir como a única forma possível de organização. Arruda (2003) preferiu nomear as experiências econômicas não-capitalistas como “socioeconomia solidária” para ressaltar que a economia deve estar submetida ao social. Para Arruda, trata-se de um

[...] sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária, a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e de espécie (ARRUDA, 2003, p. 231).

De acordo com Cançado (2004), o termo economia solidária vem gerando estudos por parte de diversos pesquisadores das ciências sociais aplicadas. Apesar de haver opiniões diversas sobre sua definição, há um consenso de que a autogestão, apesar de não ser a única característica, é uma condição básica para se considerar um empreendimento como de economia solidária. Entre os autores que compartilham desta idéia estão Singer (2003) e França Filho e Laville (2004).

Para Singer (2000), a economia solidária surgiu junto com o modo de produção capitalista e representa a resistência dos trabalhadores a um modo de produção que não leva em conta a vida, mas a acumulação material e a exacerbação do poder. A economia solidária, nas palavras do autor,

[...] condena no capitalismo, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude (SINGER, 2000, p. 13-14).

Há pistas da economia solidária naquela que se denominava “economia social”, sistematizada há 150 anos na Europa, conforme Coraggio (1999). Naquela época, os adeptos da economia social criticavam a ênfase ao reducionismo econômico, que não levava em conta os problemas sociais. Eram experiências econômicas sem fins lucrativos, pautadas na ética e nos princípios de solidariedade, como as associações de apoio mútuo e as cooperativas.

Cançado (2004) afirmou que existem também outras concepções de economia solidária, como em Arruda (2003), por exemplo, que a entende como outro modo de vida, em que os valores percebidos vão além da competição característica da sociedade capitalista. Outra vertente entende o movimento da economia solidária como uma alternativa ao modo de produção vigente. Este grupo, do qual faz parte Singer (2003), acredita ser possível que outras relações entre os seres humanos são possíveis, para além da divisão internacional do trabalho. Uma terceira abordagem caracteriza a economia solidária como uma alternativa aos setores populares, com a organização associativa dos trabalhadores sendo uma saída para sobreviver ao neoliberalismo. Esta última abordagem é mais evidente no país e, entre os autores que abordam esta perspectiva, pode-se citar Coraggio (2000) e Gaiger (2000).

Singer (2003) considera que com o compromisso de resgatar a necessidade primordial da economia e o atendimento às necessidades humanas, surge o conceito da economia solidária, ou seja, uma economia centrada na sociedade, gerida de forma solidária, com o propósito de eliminar as desigualdades. Esta economia propõe a extinção da divisão de classes, com o estabelecimento de uma economia não capitalista, na qual todos participam e todos são associados por igual. O autor ressalta a importância das atividades solidárias para a economia e sua capacidade de gerar riqueza suficiente para estimular o crescimento.

Para Mance (2003), a economia solidária se consolida em práticas de produção centradas na solidariedade, visando sempre à distribuição da riqueza dentro de uma mesma comunidade, com a premissa de criar postos de trabalho e aumentar a renda das pessoas.

Quanto ao surgimento da economia solidária, observa-se a discordância de dois autores, analisados. Segundo Jean-Loup *apud* Rodrigues (2003), a idéia de economia solidária surgiu na Europa, no final da década de 1950. Entretanto, o crescimento do desemprego e da pobreza, na Europa, na década de 1980, estimulou o surgimento de novas empresas sociais, favorecendo o nascimento de uma nova forma de economia social, denominada economia solidária. Na Itália essas novas empresas se fortaleceram com a existência das cooperativas de solidariedade social. Estas cooperativas tanto foram uma alternativa de geração de emprego e renda, como atenderam as necessidades básicas de consumo, bem como os consórcios, os agrupamentos em estruturas de segundo nível.

Ressalta-se que a organização sócio-econômica da economia solidária prescreve a importância da autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e tem aversão às práticas cooperativistas burocratizadas, que possa suprimir a participação direta dos cidadãos trabalhadores. Essa forma de economia vem

crecendo e ganhando importância, principalmente, devido à crescente desigualdade e exclusão social, nos países capitalistas, e por um aspecto positivo pela liberdade individual e igualdade política promovida pela democracia, aplicada não só à esfera pública, mas também à privada, com a aplicação dos princípios democráticos a atividades econômicas efetivando-se na economia solidária, que vem envolvendo sindicatos, movimentos sociais, universidades, igrejas e governos (RODRIGUES, 2003).

A economia solidária não diz respeito somente às questões relativas ao mercado de trabalho, mas também a uma nova visão social, esta provém também de fatores como a modernização da produção e do mercado e também pelas alterações na estrutura do Estado, “[...] a modernização do setor produtivo e a distribuição dos produtos causados pelas mudanças tecnológicas e sistemas de gestão resultam no esgotamento da absorção da força de trabalho” (BARCELLOS, 2000 p. 33-34). O Estado, pelas crises decorrentes do setor fiscal e administrativo e das reestruturações, também teve dificuldades para manter postos de trabalho: “Esses fatores criam então uma crescente massa marginalizada, resultando em atividades e iniciativas que nascem nos setores populares, para que se possa garantir a subsistência em níveis bastante básicos para uma vida com qualidade” (BARCELLOS, 2000 p. 33-34).

Razeto (1993, p. 40) conceituou a economia solidária como sendo uma:

[...] formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas.

Ainda de acordo com Razeto (1993 p.15), pode-se entender que a economia solidária manifesta-se através da cooperação no trabalho, na eficiência da força de trabalho, no uso compartilhado de conhecimentos e informações, dando espaço para elementos de criatividade social, possibilitando decisões tomadas em conjunto, “na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, que reduz a ‘conflituabilidade’ e os custos que deles deriva”, na satisfação de necessidades de convivência e de participação, bem como também o desenvolvimento pessoal dos participantes deste processo, resultante da comunicação.

Para Guélin (1998), não é fácil definir “economia social”, porque é uma locução que foi usada em diferentes realidades. O que se presenciou, no século XIX, foram tendências

políticas entendendo que era uma nova proposta social e/ou socialista. O que se observava, nessa época, por socialistas como Pecqueur, Vidal, Malon; por liberais como Dunoyer; e por social-cristãos como Le Play, era o sofrimento dos trabalhadores pelas imposições trazidas pela Revolução Industrial. Esses pensadores criticavam a ciência econômica por não integrar à dimensão social, altas jornadas de trabalho medidas pela quantidade da produção, lucros exorbitantes dos donos do capital e baixos salários para os trabalhadores.

Atualmente, a economia social se compõe de bens e serviços “[...] colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais; porém, a participação dos homens resulta de sua livre-vontade, onde o poder não tem por origem e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros” (GUÉLIN, 1998, 13).

As atividades da economia solidária se distinguem da lógica capitalista e da lógica do Estado porque se organiza para atender interesses humanos, enquanto a economia capitalista se concentra no capital, na competição e no individualismo. No caso do Estado, o foco econômico fica centralizado no poder institucional da autoridade, enquanto a economia solidária favorece a reciprocidade e as formas comunitárias de propriedade (LAVILLE, 1994).

O conceito de economia solidária se propõe a evitar conflitos e crises entre o econômico, o social e o político por entender que essa articulação é benéfica à sociedade que convive com inúmeras iniciativas da sociedade civil. Por isso mesmo, não quer ser ingênuo, pois se trata de uma organização problematizadora, no sentido crítico-social (LAVILLE e ROUSTANG, 1999).

Como as ações solidárias são movidas pela solidariedade, é importante que se exponha alguns conceitos desse termo. Encontrou-se na literatura estudada, que há diferença entre economia social e economia solidária. Solidariedade é um termo que vem da palavra latina *solidum*, designando a obrigação de devedores considerados responsáveis pelo todo (*in solidum*), segundo os juristas romanos. Sem dúvida, antes de ser um valor, os indivíduos “solidários” mantinham uma dependência recíproca. Na concepção, normativa, a solidariedade é um dever moral de assistência um laço de reciprocidade, diferentemente da caridade, que é um dever unilateral. Assim, a economia solidária se apóia em empreendimentos de sujeitos desiguais. Por outro viés, a economia social é organizada por princípios e regras de uma economia de iguais (RECMA, 2001).

Economia solidária é entendida como uma alternativa econômica, social, política e também cultural para o mercado atual, para a falta de empregos e também para que indivíduos possam atuar de maneira diferenciada nas forças produtivas, através da autogestão. Não é algo que aconteceu por decreto, mas um movimento e uma prática sócio-econômica mais ampla e profunda, cujas raízes históricas se encontram nas lutas e ações de organizações de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as), como o cooperativismo, de movimentos populares e de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se organiza cada vez mais e que tem conseguido importantes conquistas de apoio por parte dos governos nas diferentes esferas (Municipal, Estadual, Federal).

Quando se ouve falar em “Economia Popular Solidária” já se sabe que se trata de organizações econômicas solidárias, autogestionárias, nas quais participam os segmentos mais pobres da população. Pobreza lembra exclusão – termo muito utilizado na atualidade. Ou, opressão, como nomeava Freire (1985). O excluído é um “ser à parte”, o fenômeno da exclusão tem a ver com apartação social. Excluir é separar o outro não apenas como um desigual, mas como um “não semelhante”, um ser expulso não somente dos meios de consumo, dos bens, serviços etc., mas do gênero humano. É uma forma contundente de intolerância social (BUARQUE, 1993).

1.4 Empreendimentos econômicos solidários

Os intelectuais brasileiros retiraram destes conjuntos amplos e heterogêneos que são a economia popular e a economia informal, os empreendimentos econômicos da economia solidária – os EES – que foram colocados, assim, em evidência acadêmica, social, econômica e política. Na base dessa uniformização conceitual estão os antigos valores do cooperativismo; os valores democráticos, igualitaristas e autogestionários herdados do socialismo; as críticas comuns aos valores do neoliberalismo (do mercado auto-regulado, da não intervenção estatal, do estímulo à concorrência mais do que à cooperação e ao individualismo mais do que o coletivismo); e, ainda, menos forte, mas também presente uma preocupação com a ecologia.

De acordo com Gaiger (1996), o conceito teórico de empreendimento solidário ainda apresenta-se em construção. No entanto, ele aponta características ideais para um empreendimento solidário, que envolve democracia, autogestão, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Dentre os preceitos sociais de funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários e da sua relação com o mercado, tem-se que estes rejeitam as práticas da competição e da maximização da lucratividade individual, assim como também se defrontam com a idéia de que a competição é o melhor modo de relação entre os indivíduos, também se confrontam com o raciocínio do mercado capitalista que induz os indivíduos à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital. Enfim, a economia solidária contraria tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, e valoriza fatores como o social, ambiental e cultural de uma atividade econômica.

Em seu estudo, Gaiger (2007a) explicou que, atualmente, devido às grandes mudanças da economia mundial, torna-se importante buscar alternativas que colaborem com a renovação de uma economia voltada para o social. O autor enfatizou que,

[...] a economia social desde suas origens cumpriu um papel de alargamento da experiência humana de reprodução da vida, ao contrapor-se às determinações e às limitações impostas pela racionalidade estrita do capital. Manteve assim vigentes outros princípios e outras lógicas de organização do trabalho, de criação de bens e de circulação da riqueza. No cenário com que se depara atualmente, as suas iniciativas em muitos países diversificam-se e fomentam novos e crescentes movimentos de vocação alter-mundialista, repetidamente afirmada nas edições do Fórum Social Mundial. Encontramos um cenário pulsante de debate crítico e de tendências à revitalização dos princípios associativos e cooperativos, o que justifica as sucessivas designações desse campo, como nova economia social, economia social solidária e, na América Latina, economia solidária tout court (GAIGER, 2007a, p. 1).

Os princípios associativos e cooperativos tornam-se formas alternativas de organização social e econômica. No entanto, seu principal desafio, para Gaiger (2007 a, p. 1), é evitar “seguir os passos do capital, para competir com ele segundo suas próprias regras, no intuito de garantir um lugar ao sol”.

De acordo com o autor, não existem casos em que o capital tenha gerado desenvolvimento social prévio e bem-estar. Nesse sentido, a economia solidária objetiva resgatar valores inerentes à segurança material e beneficiar com uma vida digna à imensa maioria de pessoas que vivem da sua capacidade de trabalho. Segundo Gaiger (2007a, p. 2),

Desde o séc. XIX, [...] economia - significando à época aquela apartada do trabalho, a seguir fundante da sociedade produtora de mercadorias - introduziu-se de forma progressiva, repentina ou violenta, aplastando as economias então existentes, havendo os indivíduos que por ampla maioria viviam da renda do seu próprio esforço produtivo reagido por diferentes vias. Na América Latina, a mais recorrente foi persistirem tanto quanto possível em seus modos de vida, em seus exíguos lotes de terra, em suas modestas empresas domésticas, com seus *savoir-faires* modelados

pela experiência, o que originou gradativamente o amplo fenômeno da economia popular. Embora tenha sido banalizada sob o rótulo de economia informal, pela qual recebeu uma ênfase unilateral em suas faces negativas de subalternidade e precariedade, foi a partir da economia popular que ganharam forma as experiências genuínas de economia social na América Latina, como alternativas para trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes que valorizaram as práticas associativas autóctones de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital. [...] mesmo sob formas mitigadas, a cooperação permaneceu um elemento estruturante da vida econômica e social de parcelas importantes da população.

Portanto, pode-se dizer, segundo o autor, que uma parcela das atividades econômicas, geradora de riqueza e de bem-estar, sempre esteve à margem ou numa relação indireta com o mercado capitalista, isto é, com o regime de intercâmbio econômico determinado pela lógica de realização do lucro e da acumulação privada do capital.

Mediante esse contexto, Gaiger (2007a) afirmou que as regiões historicamente mais desenvolvidas no Brasil, do ponto de vista social, não são necessariamente as mais ricas, mas àquelas com maior tradição associativa e cooperativa. Nessas regiões é possível observar uma economia plural, complexamente produtiva e resistente a crises. Os dados referentes ao contexto exposto por Gaiger (2007a) encontram-se no mapeamento da economia solidária, que se constitui numa iniciativa pioneira no mundo para identificar e caracterizar tais formas de organização do trabalho, realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A primeira apresentação mais geral das informações colhidas no mapeamento é uma contribuição para a consolidação da ação feita em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com objetivo de fortalecer este segmento econômico, dando-lhe mais reconhecimento e tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades.

Confirmando o que infere a literatura pertinente à economia solidária, no Atlas (2005) é possível observar que esse segmento tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão e que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. Os dados referentes ao segmento em questão constituem o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária, ou seja,

[...] um banco de dados eletrônico, com acesso facilitado e público. Será mais um Serviço deste Ministério à disposição da sociedade brasileira com vistas ao fortalecimento da economia solidária como estratégia de organização social para inclusão social dos trabalhadores desempregados e comunidades pobres de nosso país. Mas, fundamentalmente, será um instrumento para que os próprios empreendimentos solidários possam estabelecer entre eles laços econômicos, com a constituição de redes, cadeias produtivas e outras estratégias comuns de acesso ao mercado, insumos, crédito, assistência técnica etc. (ATLAS, 2005, p. 7).

Conforme Gaiger (2007a), os dados recentes do mapeamento da economia solidária no Brasil demonstram que os empreendimentos solidários se multiplicaram e apresentaram uma diversidade considerável, abrangendo: grupos de produção agroecológica, associações rurais, cooperativas, empresas autogestionárias, iniciativas de poupança e crédito, redes de comercialização, dentre outros.

Pode-se afirmar que os dados apontados por Gaiger (2007a) fazem parte do SIES, pois segundo o Atlas (2005, p. 9), o método utilizado contemplou um instrumento de pesquisa com questões relativas à “[...] identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental”, permitindo fazer junto aos EES a identificação e caracterização destes, fortalecendo e integrando os mesmos, apoiando a adesão à sociedade e auxiliando o processo organizativo destes através de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização. Essa pesquisa teve, também, por objetivo, auxiliar no reconhecimento público dos EES, criar políticas públicas de auxílio aos EES e facilitar estudos e pesquisas sobre a economia solidária.

Pelo SIES são pesquisados EES, como as organizações coletivas e supra-familiares que têm como participantes trabalhadores rurais e urbanos, que atuam em gestão coletiva e na alocação dos resultados, tanto permanentes quanto aquela de prática apenas eventual como os mutirões. As organizações podem ter registro legal ou não, estas podem ter atividades econômicas como: de produção de bens, de prestação de serviços, de comercialização, de consumo solidário ou de fundos de crédito. Os EES deverão cumprir as exigências descritas anteriormente, podendo ser eles organizações singulares ou complexas: “as organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares” (ATLAS, 2005, p. 10).

Gaiger (2007a), além de frisar a importância do mapeamento da economia solidária, ressaltou que esse estudo correspondeu a uma primeira tentativa de censo nacional, abrangendo todas as Unidades da Federação e promovendo uma nova identidade e um novo *status* para o trabalhador. Em termos pesquisa nacional no Brasil sobre a economia solidária, Gaiger (2007b, p. 5) afirmou que:

[...] adentrando a natureza dos empreendimentos de economia solidária, a conclusão essencial está no fato de que eles propiciam, em *alguns casos*, a existência de

relações sociais *antagônicas ao capitalismo* e, em *muitos casos*, preservam ou revitalizam relações sociais *não capitalistas*, fundamentais para a vida dos pobres e para os indivíduos que vivem do seu trabalho, atenuando assim sua sujeição à economia dominante e conjurando o exclusivismo das relações assalariadas, portanto de subordinação e expropriação, a eles reservadas como via de integração social.

Conforme o autor, o cenário atual da economia solidária apresenta desafios, pois as carências e as aspirações humanas ampliam-se, frustrando a esperança de serem atendidas através da lógica capitalista de produção incessante de mercadorias. Ao mesmo tempo, essa mesma lógica introduz requisitos cada vez mais exigentes de competências, inovação e desempenho competitivo para a viabilidade das empresas capitalista e de eventuais formas alternativas de produção e de organização socioeconômica. O aporte da economia solidária, para a vida dos trabalhadores que nela apostam, depende então de sua capacidade simultânea de responder aos requerimentos de eficiência, não somente econômica, mas sistêmica. Gaiger (2007b) se refere à necessidade de promover experiências significativas de trabalho, regidas pela equidade e por laços sociais de cooperação e participação.

Em relação aos aspectos solidários e empreendedores, Gaiger (2007b) salienta a autogestão e a cooperação no trabalho, como fatores de enfrentamento aos obstáculos e à realização das metas econômicas. Naturalmente, essa nova racionalidade igualmente se opõe à índole e às práticas da empresa capitalista, que não são inclusivas e apenas valorizam o trabalho instrumentalmente, na justa medida requerido pelas estratégias de acumulação.

Ainda sobre o processo de identificação dos empreendimentos, especificamente referente à primeira fase do mapeamento, bem como a fisionomia da economia solidária revelada pelos dados gerais apurados, Gaiger (2007b) faz referência sobre a importância de duas condições favoráveis à emergência dessas iniciativas: as experiências populares prévias em práticas associativas, comunitárias ou de organização de classe, nas quais se criam laços de confiança, uma identidade comum e competências para a defesa coletiva de seus interesses e o grau de compatibilidade entre a economia solidária e a economia popular, amoldando-se a primeira aos arranjos familiares e semi-coletivos que asseguram a subsistência dos trabalhadores e inserem-se em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência. Para o autor, os empreendimentos solidários não substituem nem prescrevem essas formas populares de vida econômica, mas as potencializam ao reorganizarem os fatores produtivos, materiais e humanos, num processo de transformação normalmente incompleto e essencialmente híbrido. De acordo com Gaiger (2007b), compreender a essência da economia

solidária vincula-se ao que ela representa para a vida dos trabalhadores, renda e inserção social com que podem contar, suas aspirações a uma vida com valor e dignidade.

No SIES encontram-se as informações referentes aos principais motivos que levam à criação dos EES. No Quadro 4 são expostos os principais motivos identificados no Brasil e na Região Sul.

Quadro 4 – Motivação para criação dos EES – Brasil e Região Sul

| BRASIL | % | REGIÃO SUL | % |
|--|----|--|----|
| Alternativa ao emprego | 45 | Alternativa ao emprego | 35 |
| Complementação de renda | 44 | Complementação de renda | 45 |
| Obter maior ganho com empreendimento associativo | 41 | Obter maior ganho com empreendimento associativo | 48 |
| Implementar uma atividade onde todos são donos | 31 | Implementar uma atividade onde todos são donos | 27 |
| Condição para ter acesso a financiamento e outros apoios | 29 | Condição para ter acesso a financiamento e outros apoios | 13 |
| Alternativa organizativa e de qualificação | 4 | Alternativa organizativa e de qualificação | 5 |
| Motivação social, filantrópica e religiosa | 3 | Motivação social, filantrópica e religiosa | 5 |
| Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades | 2 | Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades | 2 |
| Recuperação de empresas falidas por trabalhadores | 1 | Recuperação de empresas falidas por trabalhadores | 2 |

Fonte: Atlas (2006).

Destes motivos, destacam-se, principalmente, tanto para o país quanto para a Região Sul, os seguintes: alternativa de emprego, complementação de renda, obtenção de ganhos, implementação de atividade com propriedade constituída por todos os membros e ampliação do acesso ao financiamento e outras formas de apoio. Cabe pontuar, ainda, que as informações disponibilizadas pelo SIES visam fornecer dados para que as entidades de apoio e fomento possam utilizar-se das informações para auxiliar os EES a enfrentar os desafios, fortalecendo assim a potencialidades da economia solidária em âmbito nacional, estadual e municipal, fornecendo capacitação, assessoria e assistência técnica (ATLAS, 2006).

Como foram apresentadas anteriormente, algumas características são consideradas pelos estudiosos como fundamentais para a definição de um empreendimento integrado à noção de economia solidária, sendo elas: cooperação, auto-gestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Na tabela 1, observa-se o número de empreendimentos no modelo solidário das regiões do Brasil em, aproximadamente, três mil municípios.

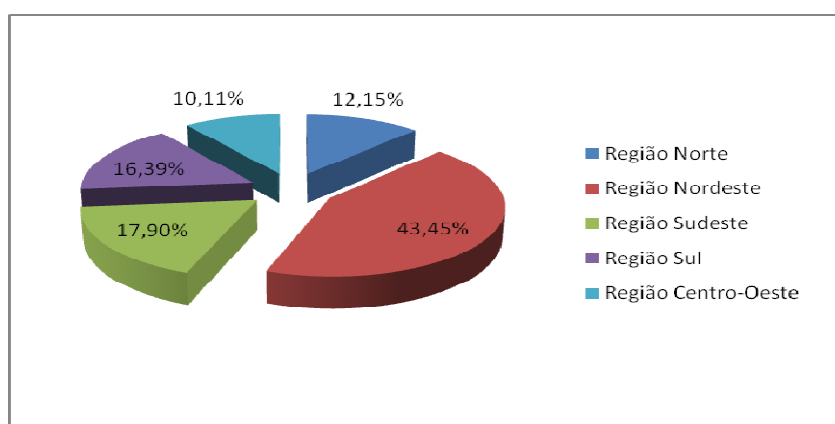
Tabela 1: Número de EES no Brasil – por Regiões - 2007

| REGIÃO | QUANTIDADE |
|---------------|-------------------|
| Norte | 2.656 |
| Nordeste | 9.498 |
| Sudeste | 3.912 |
| Sul | 3.583 |
| Centro-Oeste | 2.210 |
| TOTAL | 21.859 |

Fonte: Atlas (2006).

Conforme o gráfico 1, a Região Sul detém 16,39%, que se apresentam desde grupo informais, até associações, cooperativas e outras formas de organização.

Gráfico 1: Percentual de EES na economia solidária nas regiões do Brasil - 2006



Fonte: Atlas (2006).

A tabela 2 revela que o Rio Grande do Sul⁷ é o estado da federação que detém o maior número de EES. Este fato indica que o estado gaúcho vem desenvolvendo com agilidade o processo de economia solidária.

⁷ 26 EES estão localizados em São Leopoldo, sendo que 10 fazem parte da incubadora da UNISINOS.

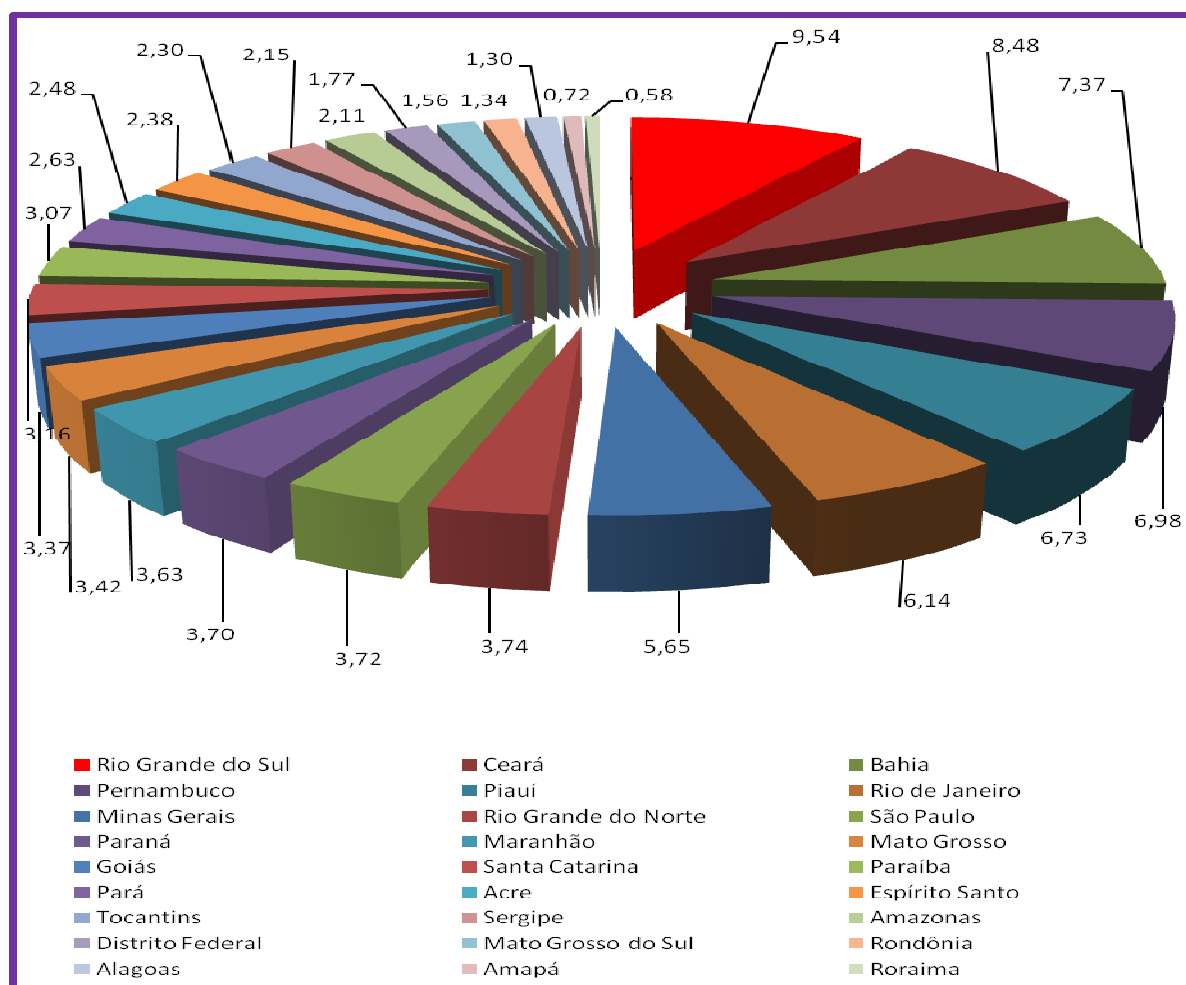
Tabela 2: Número de EES no Brasil – por UF - 2007

| UF | QUANTIDADE |
|---------------------|------------|
| Rondônia | 293 |
| Acre | 543 |
| Amazonas | 461 |
| Roraima | 126 |
| Pará | 574 |
| Amapá | 157 |
| Tocantins | 502 |
| Maranhão | 793 |
| Piauí | 1.472 |
| Ceará | 1.854 |
| Rio Grande do Norte | 817 |
| Paraíba | 670 |
| Pernambuco | 1.526 |
| Alagoas | 284 |
| Sergipe | 471 |
| Bahia | 1.611 |
| Minas Gerais | 1.236 |
| Espírito Santo | 520 |
| Rio de Janeiro | 1.343 |
| São Paulo | 813 |
| Paraná | 808 |
| Santa Catarina | 690 |
| Rio Grande do Sul | 2.085 |
| Mato Grosso do Sul | 340 |
| Mato Grosso | 747 |
| Goiás | 737 |
| Distrito Federal | 386 |
| TOTAL | 21.859 |

Fonte: Atlas (2006).

Segundo o gráfico 2, os EES estão distribuídos em todos os estados brasileiros, sendo que a maioria deles está no Rio Grande do Sul. Acredita-se que isto se justifica pelo desenvolvimento sócio-cultural e até mesmo educacional do estado e da região. Os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina apresentam comparados ao Rio Grande do Sul, 1/3 de EES. Também se observa que os estados nordestinos têm importante participação percentual de EES, o que significa valorização de empreendimentos solidários em estados mais populosos.

Gráfico 2: % de EES nos estados do Brasil - 2006



Fonte: Atlas (2006).

Como já foi dito anteriormente, o crescimento dos EES no Brasil e no mundo, nos anos recentes, tem sido substantivo. Segundo os dados informados, o Brasil conta com 21.859 empreendimentos, sendo que 2.085 estão no Rio Grande do Sul. A distribuição das EES no Rio Grande do Sul possui número mais alto em Porto Alegre (116); Caxias do Sul (107); Canguçu (54); Rio Grande (43) e Passo Fundo (41):

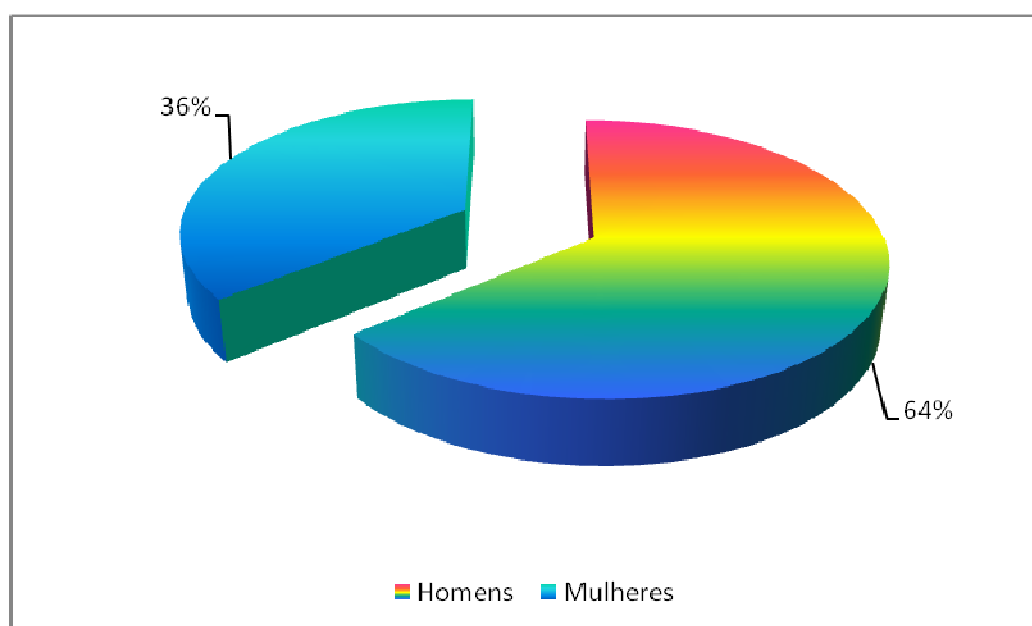
No Estado, os empreendimentos de economia solidária estão, em 34% dos casos nas associações, 41% em atividades informais, e 22% em cooperativas. Com foco na geração de trabalho e renda, a secretaria planeja executar mais ações para desenvolver o conceito no Estado, incentivando a prática das centrais de comercialização de produtos e serviços. A diretora do Departamento do Trabalho, Carla Zitto, explicou que a finalidade destes encontros é introduzir a economia solidária, nas instituições como temas transversais nos programas de qualificação do governo (JUSTIÇA, 2008, p. 1).

Segundo resultados obtidos em pesquisa sobre economia solidária, no ano de 2007, publicadas durante *workshop* realizado no Rio Grande do Sul, dos mais de 2 mil empreendimentos no estado, aproximadamente 60% têm dificuldades para comercializar seus serviços e produtos, em razão do pouco interesse dos clientes e o baixo preço praticado (JUSTIÇA, 2008).

A organização dos EES é planejada através de cursos, palestras, técnicas de vendas e negociações, planejamento estratégico, gestão de pessoas e financeira, liderança, qualidade, contas a pagar e a receber e criatividade, visando o desenvolvimento técnico e tecnológico. Essa forma de ação é usada para a qualificação administrativa dos empreendimentos e do resgate da informalidade (PLANO, 2008).

Na região sul, assim como na média nacional, o percentual de homens associados aos EES é de 71% e de mulheres é de 29%. Com números diferentes, mas com idêntica situação, encontra-se o estado do Rio Grande do Sul, onde a distribuição por sexo, dos trabalhadores dos EES aponta que a maioria é formada por homens (gráfico 3). Isto pode ser uma condição cultural, pois os indivíduos do sexo masculino historicamente são os responsáveis pela sustentabilidade da família. No entanto, as grandes mudanças ocorridas na sociedade levaram à inserção da mulher no mercado de trabalho, por isso o percentual já é significativo.

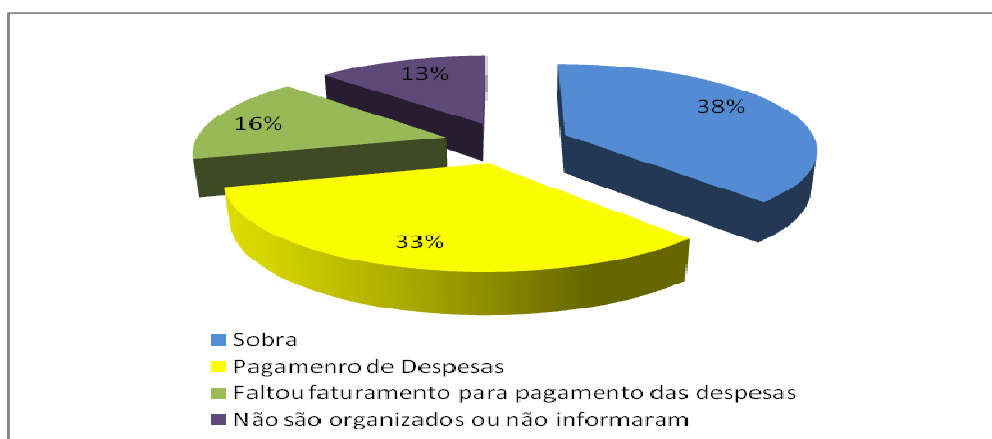
Gráfico 3: Distribuição % por sexo de trabalhadores nos EES gaúchos - 2006



Fonte: Atlas (2006).

Em termos financeiros, apenas 16% dos EES brasileiros, no ano de 2006, não obtiveram o faturamento necessário para pagar suas despesas, sendo considerados deficitários. Esse percentual é reduzido frente aos que conseguiram honrar seus compromissos (33%) e, ainda, diante de um registro de rendimentos de 38%. Portanto, como se observa no gráfico 4, a maioria dos EESs no Brasil é rentável. Os demais (13%) não se encontram organizados quanto aos resultados financeiros.

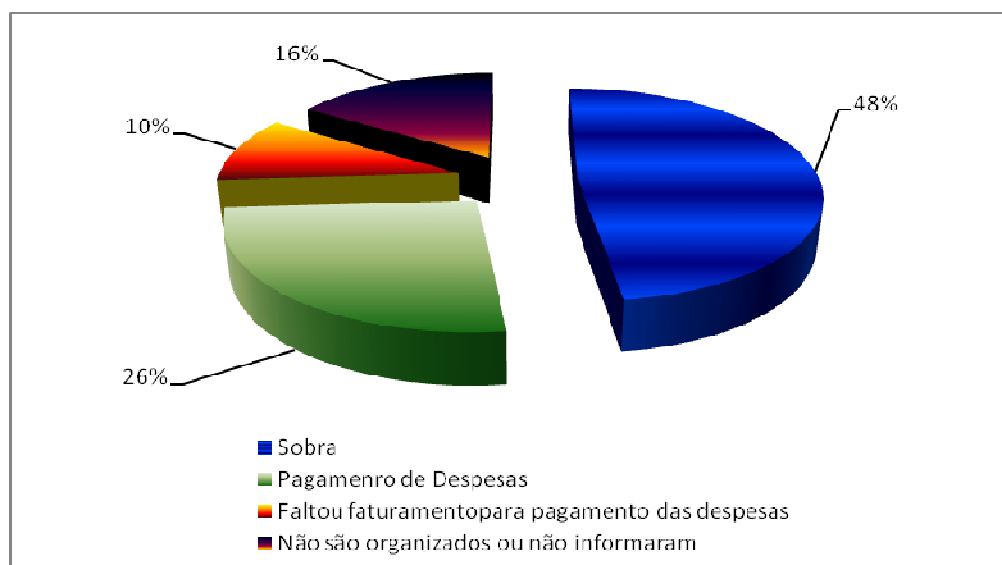
Gráfico 4: Resultados financeiros dos EES no Brasil - 2006



Fonte: Atlas (2006).

A maioria dos EES na Região Sul teve rendimentos em torno de 48%, como se observa no gráfico 5. As atividades econômicas tiveram um lucro presumido de 26%, conseguindo cumprir suas despesas. Embora 10% dos EES não tenham conseguido faturamento suficiente, sendo considerados deficitários, isso não denota fragilidade comercial. Os restantes 16% não mostraram organização financeira, desconhecendo-se o real resultado financeiro.

Gráfico 5: Resultados financeiros dos EES na Região Sul - ano



Fonte: Atlas (2006).

Comparando-se os resultados do Brasil com a Região Sul, verifica-se que há uma semelhança de percentual nos fatores de comercialização, crédito e assistência técnica especializada. Em termos de comercialização, ambos ficam numa faixa de aproximadamente 55% de objetividade nos negócios (produtos e serviços). Quanto ao crédito, a média se aproxima de 45% e, quanto à assistência técnica especializada, há apenas um fator satisfatório numa média de 20% (ATLAS, 2006). Entende-se que se o fator assistência fosse mais presente, por certo melhores resultados se desencadeariam.

Atualmente, em todo o país, são milhares de empreendimentos que trabalham com diferentes tipos de produtos e oferta de serviços, organizados por jovens e adultos, homens e mulheres do campo e das cidades. Esses empreendimentos se organizam em fóruns e redes de colaboração solidária em todos os estados, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

2 METODOLOGIA: MATERIAL E MÉTODO

2.1 Procedimento de pesquisa

Este estudo caracteriza-se por ser histórico-descritivo, no qual se utilizou a técnica de observação e a aplicação de questionário aberto para coleta de dados. Buscou-se informações com intuito de identificar e obter evidências acerca do problema de pesquisa, abrangendo as dificuldades e as demandas existentes nos processos de formação e gestão econômico-financeira dos empreendimentos solidários incubados pelo Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

A escolha dos EES que integraram a pesquisa ocorreu por meio de entrevista com a coordenação do Tecnosociais, elegendo-se seis empreendimentos situados no município de São Leopoldo (RS), sendo que destes apenas três são formalizados e possuem Estatuto Social e os demais estão iniciando suas atividades e não se encontram formalizados. Portanto, dos 14 EES incubados pelo Tecnosociais, os seis EES selecionados foram:

- a) Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda. (COOPEREI) – conta com trinta e um cooperados;
- b) Cooperativa de Trabalho e Produção do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. (COTRAERGS) – conta com trinta associados;
- c) Associação dos Trabalhadores Urbanos de Recicláveis orgânicos e inorgânicos – reciclagem e horta vitória (ATUROI) – conta com quatorze associados;
- d) Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária – conta com doze associados;
- e) Grupo de Reciclagem Habitacional – conta com seis associados; e
- f) Grupo de Corte e Costura das Habitacionais – conta com cinco associados.

Após contatos feitos com as cooperativas e as associações, partiu-se para a fase de visitação e aplicação do questionário aberto, cujo roteiro pode ser observado no Anexo A.

Estes procedimentos possibilitaram a percepção de como os associados vislumbravam as oportunidades do negócio, a viabilidade, a gestão e as perspectivas em relação aos empreendimentos solidários. O processo de visitação e coleta dos dados ocorreu no período de outubro-dezembro de 2007.

Dentre os documentos fornecidos pelo Tecnosociais, destacam-se:

- a) Programa de Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Instituto Humanitas Unisinos – Área de Concentração II: trabalho, solidariedade e sustentabilidade;
- b) Apresentação Tecnosociais – Prêmio Finep – Etapa Nacional;
- c) Relatório de Análise do Perfil dos Cooperados da Cooperativa Habitacional Bom Fim;
- d) Relatório Técnico Parcial – Proninc – Rede Unitrabalho;
- e) Relatório de Análise do Perfil dos Cooperados da Cooper Progresso; e
- f) Viabilidade Econômica – Projeto da Cooperativa Habitacional Bom Fim.

Dentre os documentos fornecidos pelos EES, destacam-se:

- a) Estatuto Social da Cooperativa de Trabalho e Produção do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. (COTRAERGS);
- b) Estatuto Social da Associação dos Trabalhadores Urbanos de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos (Reciclagem e Horta Vitória); e
- c) Estatuto Social da Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda.

2.2 Descrição dos ees pesquisados

2.2.1 Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda.

A Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda. (COOPEREI) foi fundada em 2001, após a falência da Empresa Alumínio Econômico, que atuava no ramo de fabricação de painéis. Dentre as principais atividades do empreendimento, pode-se destacar: painéis, chaleiras, assadeiras, formas de bolo, pudim e outros utilitários. A COOPEREI atua no ramo há seis anos e conta com 32 associados, produzindo utensílios domésticos e industriais em alumínio.

A cooperativa possui instalação alugada (pavilhão para produção e escritório) com luz elétrica, água encanada e estacionamento próprio. Em relação à infra-estrutura, encontra-se adequada às necessidades da cooperativa, pois dispõe de cinco mesas no escritório, oito cadeiras, três *desktop*, máquinas de produção, telefones, fax, impressoras e os associados,

tidos como capital intangível, os quais participam exercendo funções, trocando experiências e informações.

Para sua formação, o grupo recebeu o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, organizou-se em forma de cooperativa, adquiriu a marca, tradicionalmente conhecida como sinônimo de qualidade, e conquistou o direito de utilizar uma parte do maquinário. Alugou um dos prédios da empresa falida e iniciou a produção em janeiro de 2002. Desde então, a COOPEREI tem se mantido no mercado, recuperando clientes e fornecedores e, mais do que isso, conceituando sua marca.

2.2.2 Cooperativa de Trabalho e Produção do Estado do Rio Grande do Sul Ltda.

A COOTRAERGS iniciou suas atividades em 16 de março de 2000 e, desde o início do empreendimento, seu ramo abrangeu a prestação de serviços em limpeza, conservação e zeladoria de bens e imóveis, telefonia, assessoria, recepção, portaria, instalação elétrica e hidráulica, construção e manutenção de redes de distribuição de energia, jardinagem, leitura e medição de água e energia elétrica. Trata-se de um empreendimento solidário com Estatuto Social, no qual constam as normas, os princípios e as regras que regem o empreendimento. O grupo conta com trinta associados, os quais atuam na limpeza de cinco creches municipais, da Câmara Municipal e de uma academia. A administração é representada pelo Presidente e pelo Vice-presidente.

A cooperativa iniciou seu funcionamento em um espaço alugado, mantendo a mesma estrutura até o momento da pesquisa: local para guardar os materiais de limpeza, com luz elétrica, água encanada, um banheiro e estacionamento. O espaço também tem um escritório equipado com um *desktop*, uma mesa, quatro cadeiras e duas poltronas. Possuem um veículo financiado (Kombi), dois lava-jatos, panelas, aspirador de pó e uma geladeira. A matéria-prima utilizada é: baldes, flanelas, panos de chão, sabão, detergentes, escovas, vassouras etc. Os associados, quando em prestação serviços, se apresentam uniformizados, procurando divulgar o empreendimento através do emblema COOTRAERGS.

Apenas o Presidente e o Vice-presidente possuem Ensino Médio, os demais associados possuem apenas Ensino Fundamental. Todos os associados recebem treinamento para exercerem as funções como prestadores de serviços.

2.2.3 Associação dos Trabalhadores Urbanos de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos – Reciclagem e Horta Vitória

A Associação dos Trabalhadores Urbanos de Recicláveis Orgânicos e Inorgânicos – Reciclagem e Horta Vitória (ATUROI) foi fundada no dia 14 de julho de 2005 com a finalidade de reciclar materiais orgânicos e inorgânicos. Para tanto, possuem a seguinte estrutura: um pavilhão cedido pela prefeitura municipal, com água encanada e energia elétrica. No espaço há um banheiro, mesas para separar os materiais, uma prensa, caixas de madeiras utilizadas para alocar os materiais em conformidade com tipo e qualidade, há ainda uma mesa e duas cadeiras para uso eventual, ou seja, para funções organizativas tais como (anotações, controles, negociações etc.). O empreendimento conta com quatro bicicletas com cestos frontais para coleta dos materiais, a qual é realizada diariamente em períodos pré-determinados.

Os associados iniciaram a ATUROI com um número de oito pessoas, sendo integrada, até o momento da pesquisa, por quatorze associados. Há um responsável pela parte administrativa, no entanto, todos atuam de forma igualitária quanto às funções de reciclagem. Somente no momento da coleta é que são designados alguns associados para realizar esta função. Desde o início de suas atividades até o final de abril de 2006, os materiais coletados eram armazenados e classificados num pequeno galpão de madeira, localizado numa área não urbanizada do bairro Vicentina, em São Leopoldo.

A partir do início de 2005, o Núcleo Vitória passou a ser um dos empreendimentos incubados pelo Tecnosociais. Com esta parceria, o grupo caminhou no sentido de formalizar a associação e na busca de um local mais apropriado para desenvolver suas atividades. No momento, está atuando num novo espaço, cedido pela prefeitura, através da Secretaria do Meio Ambiente e está integrado no projeto de coleta seletiva compartilhada, em fase de implantação na cidade. Com 11 membros, a associação recicla e comercializa cerca de 700 a 800 quilos de materiais por semana.

Na opinião de seu presidente, José Alencar (Dico), a associação se encontra em condições de ampliar suas atividades e melhorar as condições de vida de seus integrantes e ressalta a importância das parcerias com a universidade, poder público e outras entidades de apoio a empreendimentos solidários.

2.2.4 Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária

O empreendimento solidário Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária, através da Cooperativa Habitacional Bom Fim, iniciou suas atividades em 2007. Os associados, procurando um meio de gerar emprego e renda, se organizaram para confeccionar artesanato, pães e doces.

O grupo conta com um total de doze associados, sendo que sete destes são da panificadora e cinco do artesanato. Um diferencial desse grupo, em relação aos demais empreendimentos solidários estudados, é que estes procuraram uma qualificação através de cursos para iniciar o empreendimento, bem como, procuraram dar visibilidade aos seus produtos, participando de Feiras em âmbito municipal, com apoio da Prefeitura, no município de São Leopoldo.

O grupo possui uma casa própria (quatro cômodos), luz elétrica e água encanada. Em relação à infra-estrutura, foi possível averiguar que os associados estão aguardando equipamentos indústrias (batedeiras, fornos, liquidificadores, fôrmas, dentre outros utensílios). Até aquele momento, contavam apenas com equipamentos particulares das associadas, não podendo ainda produzir em grandes escalas, portanto, a produção se reduzia a Feiras e encomendas antecipadas.

Através da Cooperativa Habitacional Bom Fim foi possibilitado ao Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária o fortalecimento e a capacitação das suas atividades, pois houve a oportunidade de discutir, coletivamente e continuamente, as etapas a serem vencidas dentro de uma perspectiva de economia solidária. Destaca-se aí a importância da assessoria do Tecnosociais, que realiza oficinas, debates e cursos, procurando minimizar as dificuldades encontradas por esses empreendimentos e, nesse sentido, atuando como uma parceira.

2.2.5 Grupo de Reciclagem Habitacional

O empreendimento solidário Grupo de Reciclagem Habitacional não possui uma sede própria, somente um espaço alugado para alocar o material reciclado, nem possuem um Estatuto Social, por ainda não estar formalizado legalmente. Os seis associados coletam e reciclam o material de forma individualizada, em suas residências: o solidarismo concentra-se

na venda do material. O Grupo de Reciclagem Habitacional atua desde 2006, coletando e reciclando materiais orgânicos e inorgânicos. Devido à falta de estrutura, contam com duas pessoas da Cooperativa Habitacional, as quais assessoram na venda do material e em questões organizativas.

2.2.6 Grupo de Corte e Costura das Habitacionais

Trata-se de um grupo iniciante, não formalizado legalmente. O espaço onde atua é alugado e conta com a seguinte estrutura: máquinas de costura (*overlock*, reta e galoneira), moldes, tesouras, agulhas, linhas, ferro de passar, mesa de corte e de passar. O espaço tem duas peças, em um são alocadas as máquinas e as mesas e no outro é o banheiro, luz elétrica e água encanada. Fazem parte deste grupo cinco associadas, as quais se reúnem somente mediante encomendas.

Estes grupos estão em fase de aprimoramento sobre empreendimentos solidários e conta com o apoio da Tecnosociais, pois a incubadora presta assistência para concretizar o empreendimento, viabilizando seminários, cursos de extensão, projetos de incentivos e capacitação sobre economia solidária, criação e análise de estatutos, assessoria para o desenvolvimento de regimentos internos, estudos de viabilidade econômico-financeira, diagnósticos e planejamentos participativos, oficinas, dentre outros.

2.3 Dificuldades e limitações

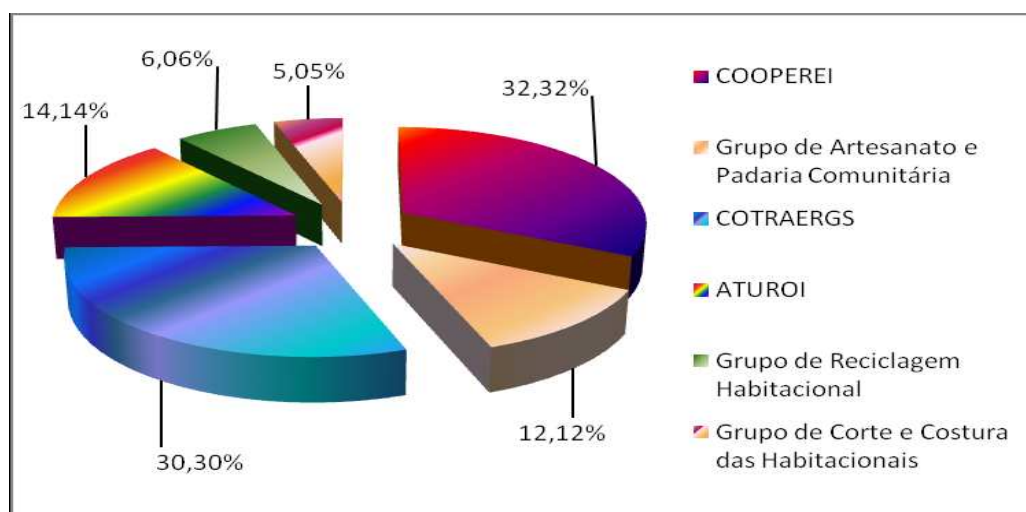
As informações relacionadas às práticas contábeis solicitadas pela pesquisadora não foram disponibilizadas pelos empreendimentos solidários que se encontram formalizados. As informações contidas na seção que abrange análise dos empreendimentos solidários advêm, em sua maioria, de fontes primárias, ou seja, observação e entrevistas informais com os associados dos empreendimentos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 ASPECTOS GERAIS DOS EES

Para iniciar a análise dos resultados dessa pesquisa, entende-se como oportuno apresentar alguns aspectos gerais acerca dos EES investigados⁸. Assim, atendendo ao problema de pesquisa e aos objetivos deste estudo, passa-se a descrição dos empreendimentos eleitos com o intuito de permitir a identificação dos fatores que contribuíram para a formação dos empreendimentos econômicos solidários, dos processos de controle e de decisão de investimento existentes nesses empreendimentos incubados e da gestão, da atribuição de tarefas e da identificação das oportunidades de negócios.

Gráfico 6: % de sócios dos EES



Fonte: Pesquisa de Campo.

⁸ É válido registrar que os EES visitados receberam a pesquisadora de forma muito receptiva, demonstrando reconhecimento por serem procurados para falarem sobre suas atividades, esperanças e persistências. São indivíduos que se apresentam com simplicidade e sabedoria. A maioria deles retira da atividade a sobrevivência familiar.

Visualiza-se no gráfico 6 a distribuição percentual dos trabalhadores nesses EES. Eles perfazem um total de 99 indivíduos, sendo que a maioria se encontra na COOPEREI (32,32%), seguida da COTRAERGS (30,30%), e a minoria (5,05%) está no Grupo de Corte e Costura. Apesar de serem grupos reduzidos, sentem-se estimulados na atividade e se esforçam para melhorar sua produção.

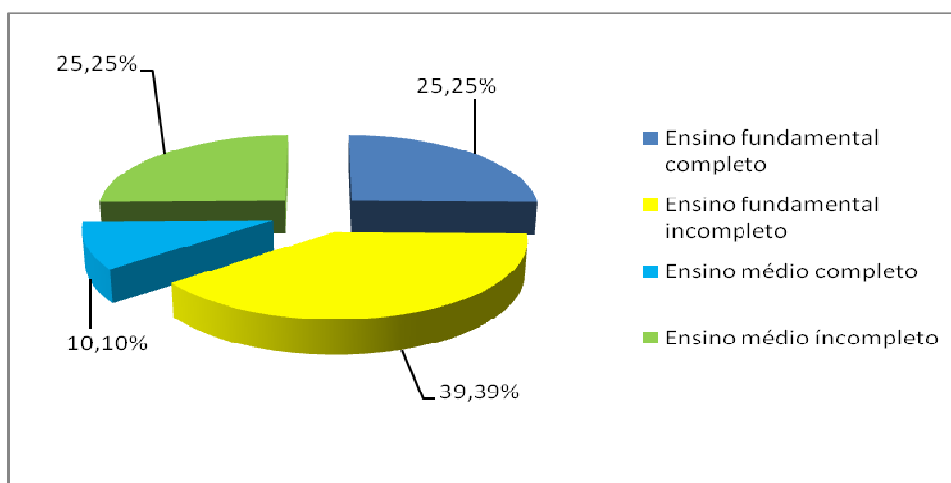
Quadro 5: Área de atuação dos EES

| EES | ÁREA DE ATUAÇÃO |
|--|--|
| COOPEREI | Utilitários de alumínio. |
| COTRAERGS | Prestação de serviços em limpeza, conservação e zeladoria de bens e imóveis, telefonia, assessoria, recepção, portaria, instalação elétrica e hidráulica, construção e manutenção de redes de distribuição de energia, jardinagem, leitura e medição de água e energia elétrica. |
| ATUROI | Coleta e reciclagem de material orgânico e inorgânico. |
| Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária | Artesanato e padaria. |
| Grupo de Reciclagem Habitacional | Coleta e reciclagem de material habitacional. |
| Grupo de Corte e Costura das Habitacionais | Corte e costura. |

Fonte: Pesquisa de Campo.

Através do quadro 5 é possível observar que algumas atividades realizadas pelos EES têm importância social, já que dois deles se dedicam à coleta e reciclagem de material orgânico, inorgânico e habitacional, cuja seleção tem finalidade ecológica; o artesanato e o corte e costura são essenciais na expressão da criatividade e na oferta de bens com baixos custos aos consumidores; assim como a padaria que trabalha com agro-produtos, transformando-os em alimentos saudáveis. Além disso, a produção de utensílios domésticos, úteis nas atividades domiciliares, e a cooperativa de trabalho geraram empregos para os cooperados e associados.

Gráfico 7: Escolaridade dos associados dos EES



Fonte: Pesquisa de Campo.

Em relação à escolaridade dos cooperados e associados, conforme gráfico 7, a maioria dos 99, em todos os EES, não completou o ensino fundamental. Este aspecto poderia ser solucionado a partir das oportunidades oferecidas pelo poder público com programas como Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como pela Educação à Distância (EAD), que promove a formação e a capacitação por meio de cursos não presenciais. O problema da baixa escolaridade é, portanto, uma das questões que preocupa os pesquisadores vinculados às universidades que desenvolvem projetos sociais, pois sabem a importância que o conhecimento tem como fator de crescimento pessoal e econômico. Nesse sentido, os trabalhadores podem aliar a sua experiência com a aprendizagem sobre competitividade de mercado, planejamento estratégico e autogestão.

Observou-se que a maioria dos entrevistados vive em situação de dificuldades quanto a fatores sócio-econômicos. Os ganhos efetivos, advindos do trabalho são imediatamente absorvidos pelo consumo de alimentação, aluguel, vestuário, material escolar, entre outros.

3.2 O processo de formação dos EES

Cada EES pesquisado, embora com características distintas em relação à formação, tem a mesma base de constituição, ou seja, seus associados se encontravam fora do mercado de trabalho e identificaram a criação das cooperativas ou das associações de princípios

solidários como uma oportunidade para modificar a situação econômico-social na qual se encontravam. Exemplo claro desse processo é a COOPEREI, que é uma cooperativa devidamente formalizada.

A formação da COOPEREI, para os associados, resolveu conflitos inerentes à falta de perspectivas de receberem seus salários, conquistarem direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho. Quando eram demitidos, a dificuldade centrava-se em receber as rescisões de contrato. Mas, concomitantemente a esse processo, iniciou-se uma análise da empresa por parte de uma equipe técnica, coordenada por pelo Projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), visando especificar a viabilidade econômica da empresa, baseada em informações acerca dos produtos, do mercado, do processo produtivo, dos clientes, dos fornecedores, dos concorrentes, da forma jurídica, do capital humano e, principalmente, dos recursos necessários para dar início à produção, sob a égide de uma nova pessoa jurídica a ser constituída, ou seja, a cooperativa.

Dentre as EES pesquisadas, ela é a única que atua no ramo de alumínio e que teve sua formação associada à falência de uma empresa⁹. Além disto, foi possível verificar que está gerando trabalho e renda de forma direta aos seus associados, bem como contribuindo com a economia no espaço local de forma indireta.

A constituição da COOTRAERGS, também formalizada, ocorreu devido à necessidade de inclusão de mulheres, na faixa etária de 40 a 60 anos, no mercado de trabalho. Atuando, principalmente, em serviços domésticos, estas mulheres encontravam dificuldades para o ingresso no mercado de trabalho em razão da idade elevada e da baixa escolaridade. Dentro desse contexto, a cooperativa foi criada com o objetivo de agregar valor econômico ao trabalho doméstico.

Atualmente, o fator idade já não é mais relevante, pois foi verificado, através da pesquisa, que existem associadas com idade inferior a 20 anos. Os associados identificaram que a dificuldade de emprego atinge todas as faixas etárias, portanto, a idade não é um fator determinante para a associação a esta cooperativa. Além disto, há também trabalhadores do sexo masculino, atuando de forma igualitária em todas as atividades do ramo de prestação de serviço.

⁹ Conforme os dados constatados pela pesquisadora, o número exato de ex-funcionários reunidos em assembléia geral foi 41 (quarenta e um). Os dados encontram-se no Estatuto Social da COOPEREI.

A observação que se faz sobre a COOTRAERGS é que se trata de uma cooperativa com atividades diversificadas e demandadas no cotidiano da comunidade. Outro aspecto importante é que as atividades desempenhadas pelos cooperados são compatíveis as suas capacidades, ou seja, o que se denomina conhecimento empírico.

A ATUROI, também formalizada, é constituída por trabalhadores desempregados com a finalidade de coletar e reciclar materiais orgânicos e inorgânicos, atuando, portanto, dentro de uma consciência ambiental, com responsabilidade social, cooperando com a comunidade e o poder público. A cooperativa presta serviços relevantes frente às questões sociais, como sustentabilidade, cidadania, ecologia, dentre outras que fazem parte da prevenção e da promoção de uma melhor qualidade de vida.

O empreendimento possui quatorze associados: os homens atuam na coleta e na reciclagem e as mulheres atuam na parte de conscientização da comunidade e na reciclagem. Os associados possuem uma baixa escolaridade, todavia, estão devidamente capacitados e informados sobre a importância de suas atividades para o bem-estar social. Depreende-se que o ramo de atuação da ATUROI encontra-se, neste momento, dentro do contexto da preocupação mundial, já que trabalha de forma a preservar o meio ambiente.

Os demais EES analisados encontram-se em situação informal, dito de outra forma, não possuem instalações próprias, estatuto social e possuem em média sete associados. Todos nasceram de uma situação especial: não estavam associados apenas com a geração de trabalho, mas buscavam atrelar a geração de trabalho com a necessidade de construção de moradias. Ou seja, essas cooperativas também surgiram a partir de uma demanda habitacional. Os participantes são indivíduos que se encontram na base da pirâmide no que diz respeito à qualificação profissional e à escolaridade. A maioria pouco participou do mercado tradicional de trabalho, tendo algum emprego nos últimos anos anteriores à fundação do EES. A proposta dos grupos fundadores era que, durante e ao final do processo de criação da instituição (aproximadamente dois anos), outras atividades econômicas sustentassem o grupo.

Inúmeros indivíduos inseridos nesses EES realizam trabalhos informais, ou seja, sem a garantia da renda fixa mensal. Partindo deste aspecto, o grupo de geração de trabalho e renda nas áreas de artesanato e padaria comunitária propõe uma alternativa de sustentabilidade para estas famílias, procurando resgatá-las da situação de vulnerabilidade social em que estão inseridas atualmente. Da mesma forma, inserem-se nesse contexto os grupos de recicladores e de corte e costura.

É possível observar que a motivação para a criação dos EES vem sendo a busca de ocupação, a fuga do desemprego que apavora os trabalhadores nestes tempos de crises. Aproveitam sabiamente as oportunidades que surgem como espaços possíveis, equipamentos em desuso passam a ser instrumentos tecnológicos, a unidade da força de trabalho emerge e se esforçam para construir algo capaz de lhes dar o pão de cada dia com dignidade.

É importante ressaltar que o trabalho constitui o elemento central dos EES, tornando-se o curso mais importante, senão único, dos trabalhadores que se solidarizam e canalizam suas forças para o empreendimento. Assim sendo, torna-se o fator produtivo preponderante, com grande peso específico em relação ao capital, composto pela modesta infra-estrutura, tecnologia instalada, equipamentos e pequenos aportes monetários. O trabalho adquire, ademais, um valor simbólico e moral, posto que nos EES passa-se a produzir, a contribuir com uma atividade útil para a sociedade, ampliando-a e dando-lhe um novo sentido.

A partir do trabalho, os EES instituem, com toda força de uma experiência concreta, valores como justiça e equidade, ao mesmo tempo em que propiciam um enriquecimento humano, cognitivo e tecnológico da atividade laboral. Por fim, se o trabalho é a garantia básica dos EES, também é por ele assegurado: manter cada posto de trabalho passa a ser prioridade bem maior que a lucratividade. Como salienta Razeto (1993, p. 35), a valorização do trabalho próprio define a racionalidade destas pequenas empresas de trabalhadores:

[...] quando se aborda o problema de auto-sustentação e da viabilidade do EES, num contexto econômico adverso e crescentemente excludente, questões importantes aparecem. Uma delas, no sentido de pensar como a *cooperação e a eficiência* econômica se conjugam e fazem do trabalho, além de elemento central, um elemento diferencial, que confere aos EES vantagens comparativas em relação às formas convencionais de organização do trabalho, assegurando-lhes então níveis compatíveis de produtividade e, assim, competitividade diante dos seus concorrentes diretos e indiretos.

Das observações feitas nesta seção pode-se perfeitamente avaliar a importância do trabalho coletivo, organizado em associações, cooperativas, grupos de produção, etc., tendo os participantes exercitando a autogestão das atividades e dos compromissos com os resultados. Os grupos procuram dispor de registro legal, investem na produção, prestam serviços, comercializam seus produtos e serviços usam, também, o sistema de consumo solidário.

3.3 Os processos de controle, decisão e gestão dos EES

3.3.1 Processos de controle existentes nos empreendimentos incubados

A questão do controle ainda se encontra em definição em todas as EES. Gaiger (2007a, p. 25) afirmou que a “[...] combinação entre as lógicas que presidem cada vetor conduz a um círculo positivo, no qual ambas [do vetor solidário e do vetor empresarial] se reforçam e garantem a viabilidade do empreendimento”. Essa combinação da lógica com os fatores gerais dizem respeito às características econômicas, sociais e culturais da população envolvida em cada empreendimento. Trata-se de elementos vinculados à trajetória de vida dos membros dos grupos, portanto, anteriores à opção pelo solidarismo e constitutivos da própria realidade social em que o mesmo aparece. Constituem, por assim dizer, o pano de fundo e o ponto de partida de cada empreendimento (GAIGER et al., 2007).

No que se refere aos processos de controle da atividade na COOPEREI, foi possível constatar que a cooperativa encontra-se estruturada organizativamente. Os controles efetuados pelo setor financeiro abrangem contas a receber, contas a pagar, controle de estoques, controle de caixa, controle de custos, controle de despesas e controle de vendas. Os controles de contas a receber, de contas a pagar, de caixa, de despesas e de vendas são informatizados. Já os controles de estoques e de custos são descritos manualmente. Todo processo decisório sobre prestação de contas e decisões referentes a questões financeiras é definido a partir de uma assembléia geral, ordinária ou extraordinária. A contabilidade desse empreendimento solidário é terceirizada, portanto, os relatórios são repassados à cooperativa, pelo escritório contábil, quando há uma solicitação.

No setor financeiro são calculados os preços dos produtos, tendo por base o custo da matéria-prima, que é repassado para uma planilha com o objetivo de fornecer os dados a potenciais compradores. A margem de lucro é definida sobre os custos de produção das mercadorias. Para calcular os preços é feita uma análise de mercado, que consiste na pesquisa realizada por alguns associados, junto a supermercados e lojas, dos preços dos produtos que se enquadram na mesma linha de produção da COOPEREI com o intuito de avaliar os preços praticados pela concorrência.

Normalmente, os valores calculados são levados ao conhecimento dos associados em assembléia para definir o preço final de venda dos produtos, salvo em casos onde há pedidos

em quantidades inferiores ou superiores aos que já estavam calculados. Nesses casos, o presidente e o vice-presidente estipulam os preços em regime de urgência, mas com o compromisso de levar esses casos extraordinários ao conhecimento de todos os associados.

Ao setor de compras é atribuída a responsabilidade pela aquisição de matéria-prima, material de expediente e máquinas de produção (a prazo e a vista). Para tanto, é realizado um levantamento de custos com o objetivo de obter o melhor resultado, ou seja, preço baixo, qualidade nos produtos e manter as compras sempre dentro do orçamento e prazos já previamente estipulados em assembléia. Os fornecedores dos insumos procuram facilitar a transação comercial com a cooperativa, permitindo que as compras sejam realizadas a prazo e que os seus pagamentos estejam vinculados ao prazo de entrega dos produtos. Esse procedimento é usual e feito com acordo prévio entre a cooperativa e os fornecedores da matéria-prima.

O setor de vendas é responsável pela coordenação dos representantes comerciais (serviço terceirizado). Internamente, funciona através de telefone, fax, venda direta e internet. Externamente, os representantes comerciais (revendedores e atacadistas) possuem uma percentagem de 5 (cinco) % nas vendas e atuam geograficamente nas seguintes regiões: Paraná, Rio Grande do Sul e grande São Paulo. No entanto, a cooperativa não descarta a idéia de novos mercados, novas parcerias e novos produtos. Ainda há dificuldade em relação à comercialização, pois a concorrência neste ramo é acirrada. Os cooperados entendem que estão competindo com empresas de cunho capitalista, o que cria dificuldades para comercialização do produto.

Há um controle mensal do estoque, o qual é realizado através de contagem física. Não há uma reposição periódica, pois as compras são realizadas mediante pedidos. Quanto ao produto em si, não tem uma produção em grande escala a ponto de ser estocado, ficando também na dependência de contratos.

Em relação ao faturamento, trata-se de um empreendimento solidário que possui um faturamento anual de R\$ 1.000.000,00, em média¹⁰. Desse valor são deduzidos os custos dos insumos, os serviços terceirizados (representantes comerciais), as despesas administrativas, as despesas de produção e maquinário, sendo as sobras distribuídas de forma igualitária. Quanto a essa distribuição, é pertinente destacar que é realizada uma assembléia para analisar sobre

¹⁰ Dado relativo ao período do ano 2007 e fornecido pelo setor financeiro do empreendimento. Esse setor informou que não detalharia os dados referentes ao controle financeiro do empreendimento, nem daria acesso aos relatórios administrativos.

como dispor das sobras, pois além do fator remuneração há a necessidade de manter um capital de giro, um fundo de reserva, um fundo de saúde e um fundo de assistência técnica, educacional e social. De forma geral, quanto às sobras, perdas, fundos e balanço geral, os resultados são apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas: quando há um resultado negativo, o procedimento utilizado é a sua divisão pelos associados, se o fundo de reserva não for suficiente para sanar.

O capital da cooperativa, representado por quotas-parte, não terá limites quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a R\$ 20.500,00. O capital é subdividido em quotas-parte no valor de R\$ 1,00 (unidade). Depois de integralizadas as quotas-parte, poderão ser transferidas proporcionalmente em igual quantidade entre todos os associados, a partir do primeiro balanço de exercício social, mediante averbação do livro de matrícula¹¹. As quotas serão atualizadas monetariamente, para manter o seu valor real, recebendo, ainda, um juro anual de 0,5%. Para efeito de integralização das quotas-parte ou de aumento de capital social, pode a cooperativa receber bens avaliados previamente e após homologação da assembléia geral. Cada associado, no ato da matrícula, tem que subscrever, no mínimo, 10 quotas-parte, sendo que a integralização pode ser efetivada através de horas trabalhadas mensalmente na cooperativa. O valor das horas trabalhadas mensalmente, bem como de cada hora, será também definido mensalmente, no entanto, o período trabalhado não poderá exceder a cinqüenta meses.

Por fim, quanto ao setor de recursos humanos, a presidência e os associados formam o setor, sendo que aqueles que participam do processo de produção também fazem rodízio em suas funções, para que todos aprendam a operar as máquinas e familiarizar-se com todo processo organizativo, atuando nos setores descritos, o que denota um sentido de cooperativismo.

A COTRAERGS, por atuar no ramo de prestação de serviços, possui a mão-obra especializada como matéria-prima. Portanto, o controle de suas operações e serviços fica na dependência das horas trabalhadas. É a partir daí que são estabelecidas quantidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias a sua efetivação.

Averiguou-se que para calcular os valores dos serviços prestados, os associados, em primeiro lugar, consideram os contratos, o período dos mesmos e o número de horas de

¹¹ Conforme o Artigo 55º a cooperativa deverá, ter todos os livros contábeis em dia, principalmente aquele onde constam os termos de abertura e encerramento subscritos pelo presidente, e a devida Matrícula.

trabalho que serão dispensadas em cada contrato; num segundo momento, pesquisam o valor do material que será necessário para realizar os serviços; e, por fim, após os dois primeiros processos, estipulam o valor mensal dos serviços, bem como os prazos, as taxas e possíveis encargos. O valor definitivo deverá ser analisado e votado em assembléia geral, para posteriormente avaliar e providenciar o montante de recursos financeiros e de meios necessários ao atendimento das operações e serviços.

Foi possível constatar que o município de São Leopoldo procura incentivar o empreendimento, possibilitando contratos entre o município e a cooperativa (prefeitura e creches municipais). No entanto, uma dificuldade apontada pela COTRAERGS foi a concorrência direta de outras empresas na área de prestação de serviço.

Quanto ao processo de controle das compras realizadas, a cooperativa utiliza dois sistemas: a prazo e à vista. Embora os associados procurem fazer uma análise dos preços para comprar os materiais necessários com baixo custo, informaram ter dificuldades para efetuar compras a prazo em razão de dificuldades financeiras que a cooperativa enfrenta, pois não há como fornecer garantias de pagamento aos fornecedores. Em relação ao estoque, pode-se dizer que é condizente com o volume de trabalho, devido às dificuldades já descritas. Da mesma forma que a COOPEREI, a COTRAERGS terceiriza a contabilidade e os relatórios são repassados à cooperativa, pelo escritório contábil, quando há uma solicitação.

Conforme estatuto social da COTRAERGS, o capital representado por quotas-parte não poderá ser inferior a R\$ 1.000,00. O capital é subdividido em quotas-parte no valor de R\$ 5,00 cada quota, corrigido mensalmente por índices oficiais. A integralização das quotas-parte deverá ser efetivada em moeda corrente nacional, ou através de bens, avaliados previamente, e homologadas pelo Conselho de Administração. A cada associado cabe um mínimo de dez quotas-parte para serem subscritas e um máximo de 1/3 do capital social.

Apesar de não divulgar os dados sobre o faturamento anual, nem tão pouco sobre os custos exatos dos materiais necessários para efetivar as operações e os serviços da cooperativa (em torno de R\$ 1.700,00 mensais)¹², a COTRAERGS informou que sobra, mensalmente, para cada associado uma média de R\$ 400,00. Há também o custo do financiamento do meio de transporte utilizado pelo empreendimento (Kombi): prestações mensais no valor de R\$ 500,00¹³.

¹² As informações orais foram fornecidas por dois associados, os quais descreveram como são feitos os controles que abrangem contas a receber e contas a pagar, dando como exemplo números e fatos hipotéticos.

¹³ Dado relativo ao período 2007.

A COTRAERGS vem se mantendo ativa desde 2000, embora, com lacunas na sua estrutura organizativa. Os cooperados priorizam o trabalho, dando menor ênfase às questões burocráticas e organizativas relacionadas ao conjunto de normas e funções que têm por objetivo propiciar a administração de um empreendimento.

No caso da ATUROI, em relação aos processos de controle, pode-se dizer que se equipara à COTRAERGS. São realizados de forma simples, abrangendo contas a receber e contas a pagar. Embora conste no estatuto social da associação todo processo de controle para receitas e despesas, bem como um balanço anual, esse processo ainda não foi efetivado. Nesse sentido, é indispensável o auxílio que recebem da UNISINOS, através do Projeto Tecnosociais, para a aprendizagem do processo de controle e sobre as questões burocráticas do empreendimento. Não há uma terceirização da contabilidade.

Seu estatuto social dispõe sobre os recursos financeiros da seguinte forma: subsídios do poder público, empresas comerciais, feiras e eventos, promoções na área de cultura e lazer. Ou seja, essa associação fica na dependência de receber doações, em dinheiro ou bens, de pessoas ou entidades privadas ou públicas para formar seu capital e patrimônio. Neste sentido, nenhum dos associados é obrigado a subscrever ou integralizar quotas-parte e as doações são de bens móveis e imóveis, além dos donativos ou outras contribuições.

Os quatorze associados da ATUROI revendem o material reciclado para atravessadores, sendo a venda decidida a partir do maior valor oferecido pelos compradores do material. Não há, portanto, um valor específico no que se refere ao produto oferecido. A dificuldade desta associação está vinculada à quantidade de produto que conseguem coletar e reciclar e a outros fatores, como consciência ecológica e ambiental da comunidade e condições climáticas, pois a coleta é dificultada em período de chuva. Por esses motivos, não é possível determinar uma renda fixa média. No entanto, informaram que cada associado consegue receber em torno de R\$ 200,00 mensais¹⁴. Nos últimos dois anos de funcionamento da ATUROI, o 13º salário dos associados tem sido conquistado através da prática de coleta de latas de refrigerantes.

Em relação aos EES informais, Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária, Grupo de Corte e Costura das Habitacionais e Grupo de Reciclagem Habitacional, eles ainda não possuem estatuto e estão em fase de aprendizado e implantação do empreendimento. No

¹⁴ Dado relativo ao período de 2007.

entanto, os associados já produziam por conta própria os produtos que comercializam, o que facilitou a formação do empreendimento solidário.

De forma específica, o Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária se reúne somente quando há pedidos em local cedido por uma das associadas. Os processos de controle giram em torno dos pedidos e da mão-de-obra, pois as compras de insumos, o cálculo do preço dos produtos (cucas, pães, bolachas, doces etc.) e a divisão das sobras (em partes iguais) só ocorrem quando são realizados pedidos para o grupo. Em termos de organização, uma associada fica responsável pela compra dos insumos, em pequenas quantidades e sem a geração de estoques, no supermercado da comunidade, não sendo realizada uma pesquisa de preços. Em relação aos controles documentais, este grupo tem apenas uma caderneta de anotações, onde descrevem quantidade de pedidos, custo geral, acompanhado da nota do supermercado e o valor que cada uma das associadas receberá ao término do trabalho. Destaca-se que este grupo já tem consciência que assim que estiverem formalizados legalmente, este método de controle deverá ser modificado. Na mesma situação encontra-se o Grupo de Corte e Costura das Habitacionais.

Quanto ao Grupo de Reciclagem Habitacional, há mais limitações, pois dependem de um local alugado para estocagem do material que será reciclado. Seu processo de venda se assemelha ao da ATUROI, ficando com o material aquele que oferecer o maior preço. O valor é dividido entre os seis associados no ato da venda, sendo que o único controle se refere à quantidade de material que está sendo estocada.

O Projeto Tecnosociais realizou, para as cooperativas e associações formais e informais, oficinas de cálculo de custos e elaboração de preços dos produtos. Este processo de aprendizagem é de fundamental importância para qualificação dos cooperados e associados, pois possibilita a comercialização dos produtos de forma adequada e o reconhecimento da comunidade onde os empreendimentos estão inseridos.

3.3.2 Processos de decisão de investimento, gestão e atribuição de tarefas

A análise individualizada de cada EES mostrou que o processo de decisão é incipiente, pois os empreendimentos ainda estão em fase de desenvolvimento do vetor empresarial e do vetor solidário. As iniciativas que conseguem alcançar um grau mais elevado de acumulação e de crescimento sentem-se mais confiantes na busca pela estabilidade e pela viabilidade

econômica, planejando seus investimentos e introduzindo racionalidade econômica no trabalho cooperativo. As visitas aos EES revelaram que os agrupamentos de trabalhadores fazem a conjunção que prepara os indivíduos para o trabalho solidário. Observou-se, também, que os vetores de disjunção não afetam o vetor solidário. Não há, ademais, nenhum caso de desenvolvimento unilateral de algum deles, com desenvolvimento nulo do outro. Esse fato aponta uma tendência à compatibilização entre as duas lógicas e ao reforço mútuo de uma e outra, conforme citado anteriormente por Gaiger et al. (2007).

O propósito inicial do estudo era demonstrar como atuam alguns empreendimentos econômicos solidários e o desenvolvimento deste segmento sócio-econômico. Independente de qualquer tipologia que se possa delinear encontrou-se a sistemática ocorrência de determinadas características ou, melhor dizendo, recorrência de determinados problemas, em maiores ou menores graus, em quase todos os casos. Os exemplos mais claros são a dificuldade de obtenção de crédito para a compra dos equipamentos ociosos da antiga empresa, como é o caso da COOPEREI; para a formação do capital de giro, como é o caso de todos os empreendimentos pesquisados; para saldar dívidas, como é o caso da COTRAERGS; para o estabelecimento de uma sede (espaço próprio ou locado para o desenvolvimento das atividades), pois somente os empreendimentos formalizados possuem; para aquisição de equipamentos mais sofisticados e conhecimento das vias de acesso às técnicas de produção, de gestão, de acesso a mercados específicos etc. Essas situações, principalmente a falta de crédito, o baixo grau de escolaridade e a dificuldade na formação de um patrimônio, apresentam-se de forma negativa e tornam-se barreiras aos novos empreendimentos na forma de falta de credibilidade junto ao mercado, em especial junto aos fornecedores, aos clientes e às várias instâncias de governo (municipais, estaduais, e federais).

A inadimplência, a falta de garantias reais e convencionais para a concessão do crédito, como a formalização jurídica de uma cooperativa, e até o fato inusitado do empreendimento ser de propriedade de trabalhadores estão entre as principais razões desta falta de credibilidade. No caso dos Grupos que se originaram das habitacionais, esta situação é mais grave porque são empreendimentos que se encontram em fase inicial e não possuem uma forma jurídica constituída. Pelos motivos descritos, muitos investimentos importantes para os empreendimentos solidários são inviabilizados, inclusive os investimentos que se referem à gestão e ao compartilhamento de tarefas, que são determinantes para o crescimento e para o desenvolvimento tanto dos empreendimentos quanto dos associados.

Outras dificuldades dizem respeito a questões relativas à própria busca dos caminhos da solidariedade e da autogestão e que não são habituais em empresas, tais como: a nova situação de sentir-se como proprietário do novo empreendimento cooperativo, ter um salário fixo mensal e a resolução de questões inerentes à produção, às vendas, às compras, ao capital etc. por meio da realização de assembleias. É importante ressaltar que, no caso de empreendimentos econômicos solidários, a remuneração não é propriamente um salário e, apesar da referência econômica fundamental ser ainda o mercado, pois a realização social dos produtos destes empreendimentos continua sendo feita através do mercado, a natureza do empreendimento muda no sentido de que as atribuições e as tarefas são responsabilidade de todos, inclusive em relação à gestão.

A gestão nesses empreendimentos está ligada à qualificação técnica para ações e tomadas de decisões, significando que certas funções só podem, ou talvez só devam ser desempenhadas, por trabalhadores que já tenham familiaridade com o processo de administração, mas que sejam cooperados ou associados do empreendimento. Muitas vezes, entretanto, como já mencionado, os trabalhadores não têm tais aptidões ou qualificações, ficando a alternativa entre optar pela formação de alguns deles, com mais capacidade ou desejo, ou então contratar profissionais externos que, desejavelmente, estejam sintonizados com os propósitos do empreendimento solidário, o que, como já foi citado, acontece, pois alguns serviços são terceirizados nos empreendimentos pesquisados. Para aqueles que estão na fase inicial ou ainda necessitando de assessoria podem contar com a Incubadora de Cooperativas e Grupos Solidários de Geração de Trabalho e Renda da UNISINOS.

A decisão sobre a alocação dos recursos disponíveis, especialmente da capacidade de trabalho e a da respectiva remuneração, bem como sobre a repartição dos resultados líquidos do empreendimento, é uma questão de base e fundamental na definição dos rumos do empreendimento. O processo decisório se dá por meio das assembleias, gerais, ordinárias e extraordinárias, as quais permitem que os associados se manifestem sobre os rumos que a cooperativa ou a associação deve seguir, sendo que o que é decidido em comum acordo é planejado e executado de forma solidária.

Prover remuneração similar para as atividades produtivas de todos os trabalhadores é mais fácil quando os empreendimentos são de menor porte e as tarefas de todos os trabalhadores mais ou menos homogêneas. Em se tratando de empreendimentos solidários foi possível observar que o princípio da isonomia de remunerações é respeitado entre os trabalhadores. O bom equacionamento das remunerações, pelas atividades de trabalho, e o

valor a ser atribuído às quotas-parte são importantes para dar estabilidade à trajetória de concretização e possível crescimento dos empreendimentos. Alguns empreendimentos preestabelecem um percentual fixo das sobras para ser distribuído anualmente e outro percentual para ser reinvestido, como já citado a respeito dos fundos de reservas.

O significado do vocábulo gestão, em se tratando de empreendimentos convencionais, significa período de administração em uma sociedade, na qual alguém desempenha a gerência por delegação dos outros sócios. Em se tratando de empreendimentos solidários, o termo usual é autogestão, o qual é compreendido como a forma na qual uma organização é administrada pelos seus participantes, supondo então que todos participam das decisões administrativas em igualdade de condições. Ou seja, é o exercício de práticas participativas nos processos de trabalho, nas tomadas de decisões conjuntas, tanto estratégicas quanto cotidianas, dos empreendimentos, na direção e na coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

A tomada de decisão, em todos os EES analisados é coletiva, o que mostra preocupação com a responsabilidade social que cada um deve ter com os empreendimentos. Define, ainda, a igualdade entre os trabalhadores que, democraticamente, participam das decisões com voz ativa e voto válido em assembleias.

3.3.3 Identificação das oportunidades de negócios

Os EES pesquisados possuem importância similar para os seus membros, como alternativa de geração de renda e como perspectiva econômica. Em consequência, a dedicação às atividades é uniforme, evitando-se envolvimento pessoais discrepantes e, sobretudo, a existência de diferentes tipos de sócios ou participantes.

A identificação das oportunidades de negócios, em geral, se baseia nas experiências empíricas e nos modelos que já vinham sendo executados nas empresas originárias, mas, por outro lado, há vestígios de novas alternativas, uma vez que a prática social e econômica do cooperativismo traz outras inspirações para os grupos organizados e participativos: “[...] inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade”, como diz Rodrigues (2002, p. 335). Das empresas anteriores, que faliram, são excluídos os velhos valores e busca-se a consolidação de princípios não capitalistas de organização empresarial e referenciado, historicamente, nas aspirações libertárias daqueles

que se encontram em situação de subalternidade ou exclusão: “Neste sentido, o cooperativismo, que já desde o seu início teve uma clara vocação internacional, continua a ser hoje um projeto não concluído de globalização contra-hegemônica, baseado em princípios de solidariedade e democracia participativa” (RODRIGUES, 2002, p. 336).

As motivações em relação às oportunidades de negócios giram em torno de ampliação do empreendimento, incentivos de órgãos públicos e privados, instituições para elaboração e entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade dos empreendimentos, considerando simultaneamente os aspectos econômicos e associativos. Os empreendimentos pesquisados possuem capacidade de produção e conhecimento baseado na experiência e na observação, os quais utilizam na prática, bem como fazem questão de uma troca de informação, gerando um conhecimento de senso comum.

Como futuras perspectivas, os cooperados e os associados visam melhorar sua autogestão, ampliar as instalações, qualificar tecnicamente a mão-de-obra, melhorar a qualidade de seus produtos e serviços para competir em igualdade com os concorrentes, criar métodos que facilitem e aumentem a produção e a comercialização dos produtos e ter acesso às novas tecnologias para inovar os produtos e os meios de produção. Em alguns empreendimentos pesquisados, o processo ainda funciona quase que de forma artesanal, como por exemplo, o Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária e os grupos de reciclagem que dependem de equipamento de proteção e higiene, bem como necessitam afastar os atravessadores para vender os seus produtos de forma direta, obtendo os equipamentos necessários para isso.

Entre outros aspectos que foram identificados durante as entrevistas foram a falta de um sistema de controle de custos e despesas, o que vem a combinar com certo desequilíbrio também no estoque. Entre as dificuldades de gerenciamento e administrativas, pode-se ver que falta a informatização, que seria de grande utilidade para a elaboração de relatórios contábeis; e que não é fácil a distribuição de atividades em alguns setores; há controle de qualidade dos produtos, mas, acerca desses aspectos, há ainda deficiências.

3.4 O papel do projeto tecnosociais da UNISINOS

De acordo com Oliveira (2003), as Incubadoras Universitárias surgiram em época de crise, sabedoras de que sua participação educativa poderia ser o caminho para a busca de

solução. Aquelas, então, que resolveram se integrar a uma rede para trocar experiências, através dos seus projetos de extensão e a ajuda mútua tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão vem conseguindo, gradativamente, colaborar na criação de cooperativas e entidades de economia solidária, motivando a prática, gerando conhecimento e pesquisas que apontem a realidade social e a torne mais solidária.

O apoio do Projeto Tecnosociais da UNISINOS aparece como fator de contribuição na formação desses EES. Essa afirmação vem comprovar o decisivo papel desenhado pela universidade na alocação de oportunidades aos trabalhadores. Durante o processo de aprendizagem, na incubadora de EES, trabalha-se com metodologias capazes de estimular a produção de conhecimento, autogestão e sustentabilidade.

Como afirmaram os trabalhadores das cooperativas e das associações, os técnicos da universidade os ajudam na criação de modelos e de práticas e dão noções de políticas administrativas, gerenciais, ambientais e culturais. Eles falam das mais novas tecnologias, ensinam a usar o equipamento que eles muitas vezes dispõem, mas não sabem usar. Enfim, para auxiliar no desafio do aproveitamento do maquinário existente.

Quadro 6: Descrição dos EES conforme a categoria apoio institucional

| EES | APOIO INSTITUCIONAL |
|---|--|
| COOPEREI | • Apoio de entidades governamentais e da UNISINOS. |
| COOTRAERGS | • Apoio de entidades governamentais e da UNISINOS. |
| ATUROI | • Apoio da UNISINOS e da Prefeitura de São Leopoldo. |
| Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária | • Apoio da Cooperativa Habitacional Bom Fim: fortalecimento e capacitação das suas atividades. |
| Grupo de Reciclagem Habitacional | • Apoio da UNISINOS, e da Cooperativa Habitacional. |
| Grupo de Corte e Costura das Habitacionais | • Apoio da UNISINOS. |

Fonte: Pesquisa de Campo.

No Quadro 6 é possível observar que os apoios recebidos vêm concretamente da Incubadora da UNISINOS e de alguns órgãos do governo federal e municipal. O grande mérito, no entanto, é a união dos trabalhadores. Oliveira (2003) considera essas atividades como multiplicadoras de resultados e consolidação das redes de cooperação solidárias, comprovando com essa afirmação, que as experiências tendem a evoluir como ações que se

refletem nos setores sócio-políticos e podem se definir com as alternativas mais viáveis na geração de emprego e renda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre economia solidária, buscou-se fundamentos teóricos que enfatizassem desde o contexto histórico até seu funcionamento e desenvolvimento, entendendo que a ciência econômica se originou da necessidade de recuperar trabalho e autonomia econômica, o que não é possível ser aperfeiçoado sem uma análise contextual sobre as imperfeições que afetam o mercado.

Essas imperfeições podem seguir alternativas de melhoria, mudança e até ruptura através de um novo processo, como a autogestão que é capaz de unir forças de trabalho, substituindo o emprego formal e o desemprego que atinge muitos trabalhadores. É com esta visão que as organizações cooperativas e as incubadoras de empreendimentos solidários passam a ser facilitadoras e apoiadoras da vontade desenvolvimentista do setor em foco neste estudo. Os EES são mobilizados pelas redes do segmento, visando atingir um patamar de produtividade capaz de suprir gastos e oferecer rendimentos que proporcionem uma base mínima, pelo menos inicialmente, de condições de digna sobrevivência aos trabalhadores e suas famílias e proporcionar uma efetiva expansão da economia solidária na sociedade.

O crescimento dos EES no Brasil e no mundo, nos anos recentes, tem sido substantivo. No SIES encontram-se as informações referentes aos principais motivos que levam à criação dos EES, destes se destacam os dados relacionados ao território brasileiro e à Região Sul, sendo que no território brasileiro os três principais motivos para criação dos empreendimentos foram: alternativa de emprego, complemento de renda e obtenção de ganhos.

Nos EES pesquisados observou-se que ainda há carência de discussão sobre as questões que possam viabilizar a expansão dos empreendimentos com adequada organização da produção, do ambiente de trabalho e da autogestão. Nesse patamar, ainda há falta de informações e deficiência de base analítica, por mais que haja esforço do quadro de assessoramento. Por isso, juntamente com o processo produtivo, é necessário que os debates

se aprofundem quanto às questões sistêmicas e internas, com todas as suas características e particularidades. Ou seja, os modelos de administração e de gestão devem ser ampliados para que os cooperados e os associados possam compreender e melhor se orientar e atuar junto aos clientes, instituições públicas e privadas nos processos de comercialização, de legalização e de formulação de projetos de captação de recursos públicos para pequenos negócios. Os rendimentos dos EES, como se vê nos resultados gráficos, não se configura como problemática para a busca de êxito econômico, no entanto ainda é um ponto frágil que precisa ser alavancado.

Durante as entrevistas e visitas técnicas, foi possível observar que a reinvenção da economia solidária, nas suas novas formas de organização solidária e volta à prática do cooperativismo, emerge como possível resposta à crise do desemprego. A economia solidária pode ser percebida no processo de construção de um novo caminho de organização da sociedade. Trata-se de uma economia alternativa que contemple todas as dimensões da vida e não apenas a econômica. É importante recriar a economia como produção, não somente de riquezas mercantis, mas de bens e serviços necessários à vida e realização das pessoas. Além de uma nova compreensão da economia e do trabalho, a economia solidária não pode ser construída sem a dimensão da sustentabilidade, que exige uma revisão cultural e social que implique novas relações entre os seres humanos com o meio onde vivem.

A situação de desemprego e a crescente exclusão social têm gerado uma progressiva demanda dos trabalhadores que, na luta pela sobrevivência, necessitam de apoios indispensáveis na busca de alternativas de geração de trabalho e renda para suas famílias. Há um campo fértil para multiplicar iniciativas solidárias com as populações pobres e desempregadas. Para contribuir efetivamente no processo de transformação da realidade local é também necessário que os trabalhadores se preparem para serem profissionais e agentes envolvidos no suporte gerencial e técnico. Sugere-se, portanto, que haja preparação para utilização de uma metodologia adequada para formação e capacitação sistemáticas; articulação local e regional com as redes de economia solidária; e parcerias entre instituição, poder público e setor privado.

O surgimento dos novos conceitos de economia, a partir do entendimento sobre economia solidária, cria a expectativa da inclusão social, do fortalecimento dos compromissos com a redistribuição de renda e com a emancipação social, política e econômica.

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu observar que as experiências cooperativas ou associativas relacionadas à economia solidária são importantes para a reflexão acerca da

consciência social e política dos trabalhadores. As organizações cooperativas têm um papel a cumprir, ou seja, promover a liberdade de opiniões, com as decisões democráticas, emancipatórias e de exercício cidadão. Não é transitória ao desemprego ou outros fatores de crises sócio-econômicas, mas um empreendimento sócio-econômico gerador de oportunidades em qualquer época de vida da sociedade.

No Brasil, a prática cooperativista foi historicamente adotada por um estado autoritário na década de 1950, no bojo de políticas públicas que visavam aumentar as exportações e intensificar a capacidade produtiva da agricultura e em um período no qual o país apresentava altas taxas de crescimento demográfico. Portanto, o país não vivenciou em ampla escala, no passado, um cooperativismo popular identificado com as camadas subalternas, objetivando a emancipação social. À exceção de estados da Região Sul do país, onde a criação das cooperativas realizou-se por iniciativas de padres católicos e foram implementadas entre os imigrantes europeus com prévia experiência de uma cultura cooperativista, nas demais regiões, principalmente no Norte e no Nordeste, essas organizações ligaram-se ao coronelismo e ao domínio dos grandes proprietários de terras.

Nesse contexto, Segundo Cattani (2003), a economia solidária é considerada por alguns “coisa” de pobre-para-pobre, chegando a ter esse sentido refletido nos pareceres dos técnicos de algumas agências mundiais, como o Banco Mundial, que chegou a caracterizá-la como um *poor market* (mercado de pobres). Por tudo isso, é necessário que se esclareça melhor o solidarismo. A motivação para se expandir e se fortalecer a economia solidária como uma nova estrutura econômica, uma nova matriz de políticas públicas, construída autonomamente, solidariamente, com autogestão, no sentido de criar redes, teias, cadeias, consórcios de empreendimentos econômicos solidários tem o objetivo de divulgar o solidarismo e promover o desenvolvimento econômico e social.

As universidades, através de projetos e programas de extensão e pesquisa, integram-se à proposta de economia solidária. A UNISINOS, por meio do Projeto Tecnosociais, é uma apoiadora e incentivadora desta proposta, oferecendo ensino qualificado sobre novas tecnologias de trabalho e de gestão. Esse contexto descrito pode ser comprovado através dos seis empreendimentos pesquisados, os quais fazem parte da Incubadora de Cooperativas e Grupos Solidários de Geração de Trabalho e Renda da Instituição. Embora sejam abordados

na pesquisa apenas seis empreendimentos, a incubadora da UNISINOS presta suporte¹⁵ a quatorze empreendimentos na cidade de São Leopoldo (RS).

Dentre os fatores analisados como contributivos para a formação dos empreendimentos econômicos solidários, destaca-se a oportunidade de trabalho, pois em cada empreendimento foi possível averiguar que os associados encontravam-se fora do mercado de trabalho, com baixa escolaridade, minimizando assim as oportunidades de inclusão social. Em um mercado globalizado, cada vez mais exigente e competitivo surgem os empreendimentos econômicos solidários como uma alternativa para geração de emprego, a partir de associações e cooperativas. Percebeu-se durante a pesquisa realizada que quatro características são fundamentais para organizar e dar continuidade a um empreendimento econômico solidário, que são a cooperação, a autogestão, a viabilidade e a solidariedade.

¹⁵ Assistência para concretizar o empreendimento, viabilizando seminários, cursos de extensão, projetos de incentivos e capacitação sobre economia solidária, criação e análise de estatutos, assessoria para o desenvolvimento de regimentos internos, estudos de viabilidade econômico-financeira, diagnósticos e planejamentos participativos, oficinas, dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTEAG - Relatório do I Encontro Nacional de Mulheres da Anteag “Construindo Igualdade de Gênero pela Autogestão” In:
http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=679&Itemid=8 acesso em 13/06/2008.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil**: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Conferência sobre Globalização e Cidadania. In: ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 49-102.

ATLAS (2005): In: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/deftohtm.exe?QtdEES.def> acesso em 27/08/2008.

ATLAS (2006): In: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/deftohtm.exe?QtdEES.def> acesso em 08/09/2008.

AZEVEDO, Alessandra de. **Inovação tecnológica em empreendimentos autogestionários**: utopia ou possibilidade? (2006). Disponível em <http://www.ecosol.org.br/txt/tecno.doc>. acesso em 22/10/2007.

BARCELLOS, Ana P. **Economia popular e solidária**: uma alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. (2000). Disponível em <http://www.desenvolvimento.local.org.br/imagens/mapeamento/PDL.126.doc> acesso em 22/10/2007.

BUARQUE, Aurélio. **Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: Atheneu, 1993.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Trad. Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Moraes. 1945.

CANÇADO, Airton. **Autogestão em cooperativas populares**: os desafios da prática. Salvador: UFBA. (Dissertação de Mestrado em Administração)

CARVALHO, Ronaldo de C. **Análise administrativa, Social e Econômica das Empresas Cooperativas** - Um Modelo Proposto. Rio de Janeiro: PUC, 1994.

CASTELLI, Armando; SANTOS, Edilene S. **Competitividade, criação de valor e gestão econômica**. Congresso Internacional de Custos. Punta Del Este, Uruguai, 2003

CATTANI, Antonio D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1891 (art. 72 § 8º)

COOPERATIVISMO. In:

http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo.asp#cooperativismo, acesso em 16/06/2008).

CORAGGIO, J. L. El trabajo desde la perspectiva de la Economía Popular. en: Economía Popular Urbana: una nueva perspectiva para el desarrollo local, Programa de Desarrollo Local, **Cartilla Nº 1, Instituto del Conurbano-UNGS**, San Miguel, 1998.

CORAGGIO, J. L. **La Economía del Trabajo ante el Tercer Sector**, Ponencia presentada en las Jornadas de Intercambio “Perspectivas y realidades del Tercer Sector en América Latina y Europa”, organizado por ARCI y CENOC, Buenos Aires, 11-13/07/2000.

DEFOURNY, Jacques. **O papel da economia social**. Ashgate: Aldershot, 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: Uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

GAIGER, Luis Inácio. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, Luiz Inácio. **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Caderno CHR n. 1** (1987) Salvador, CRH/UFBa, 2003 GAIGER, Luis Inácio.

GAIGER, Luis Inácio. **Uma questão de competências, ou de projetos?** Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acessado em: 27 ago. 2007a.

_____. **A economia solidária no Brasil**: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional. Trabalho apresentado no II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-21, abr. Santa Catarina: UFCS, 2007. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acessado em: 27 ago. 2007b. Gaiger (1999)

GUIMARÃES, Valeska N. **Empreendimentos autogeridos**: um estudo exploratório descritivo nos setores secundário e terciário de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2000.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica, 1998.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1984.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

JUSTIÇA discute Economia Solidária em workshop. Workshop de Economia Solidária. Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. Porto Alegre, 25/06/2008. In: http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_justica_justica_discute_economia_solidaria_em_workshop-o158925-en.html acesso em 09/09/2008.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.). **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer. 1994.

LAVILLE, Jean-Louis e ROUSTANG, Roustang, Guy. **L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile**. In: DEFOURNY, Jacques et al. *Economie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: Deboeck, 1999.

LECHAT, Noëlle Marie Paule Lechat. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>> Acessado em: 8 nov., 2008.

MANCE, Euclides. **Palavras sobre a economia solidária no Brasil**. Mídia da Paz, maio 2003. Disponível em: <<http://www.midiadapaz.org/entrevistas/solidaria.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2003.

MORETTO, A. J. . Políticas de Emprego no Brasil: notas sobre o período recente. In: DIEESE. (Org.). **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico**: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE, 2001.

MILLER, Harry. **Economia Administração e Negócios. Rio de Janeiro**: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

NUNES, Débora. A construção de uma experiência de economia solidária num bairro periférico de Salvador. **Bahia Análise de Dados**, v. 12, n. 1, Salvador, 2002.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do Trabalho**. São Paulo: Ática, 2003.

OCB – **Cooperativismo**: forma ideal de organização. (2004) In: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp> acesso em 18/08/2008.

PLANO desenvolverá Economia Solidária em Caxias do Sul. In: http://www.sebrae-rs.com.br/_default.asp?Secao=Abrir&SubSecao=SetoresConteudo&idRegistro=20051&numIncluído=1&idRegistroMI=20321&idSuperior=407&mes=4&ano=2008&idSegmentoAbreFecha= acesso em 09/09/2008.

PINHO, Carlos Marques. **Economia da Educação e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo; Pioneira, 1982.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir, (org.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RODRIGUES, Lady Francis A. Economia Solidária. **Lato & Senso**, v. 4, n. 1, out. p. 1-4. Belém, 2002.

RODRIGUES, Lady Francis A. Economia Solidária. **Lato & Senso**, v. 4, n. 1, out. p. 1-4. Belém, 2003.

RECMA A solidariedade em questão. Editorial de janeiro 2001.

VALE, Naara. **Teia Esperança fortalece economia solidária no Rio Grande do Sul**. In: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=29111> acesso em 8/09/2008.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de Crédito Instrumento de Organização Econômica da Sociedade**. São Paulo: Rigel, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição. IN: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. 4 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000b.

SINGER, Paul. **A economia solidária é uma forma eficaz de combate à pobreza.**

humanização do Social: as escolas dos adultos. Disponível em:

<<http://www.humanizar.com.br/paginas/economia1.htm>>. Acesso em 20 jun 2003.

SINGER, Paul. **A economia solidária é uma forma eficaz de combate à pobreza.**

humanização do Social: as escolas dos adultos. Disponível em:

<<http://www.humanizar.com.br/paginas/economia1.htm>>. In: RODRIGUES, Lady Francis A. Economia Solidária. Lato & Senso, v. 4, n. 1, out. p. 1-4. Belém, 2001. Acesso em 20 jun 2008. SNÓZ, Márcia Janaina; HERSEN, Amarildo. **A Representatividade do cooperativismo, em termos de emprego, para o município de Guarapuava – O caso da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios Ltda**. Disponível em: http://www.agraria.com.br/brasil/artigo_cooperativismo.pdf Acessado em 4 dez., 2007.

TECNOSOCIAIS. In:

http://www.unisinos.br/ihu/?option=com_blog&Itemid=22&NumPage=40 acesso em 09/07/2008).

TIRIBA, Lia Vargas. Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad coletiva como estratégia de supervivencia y de solidad: Rastreando el debate histórico. **Contexto e educação**. n. 46, p. 07-34, abr/jun, 1997.

TAUILE, José Ricardo ; DEBACO, Eduardo Scotti Debaco. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. In: VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos. p. 1-18, maio, Curitiba: SEP, 2002.

VERANO, L. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: Cesma Edições. 2001.

Anexo A: Roteiro de Pesquisa

1. Caracterização do empreendimento:

- Número de pessoas que atuam no EES?
- Qual o ramo de atividades do EES?
- Quando foram iniciadas as atividades EES?
- Número de pessoas que iniciaram o EES?
- Número de mulheres que atuam no EES?
- Número de homens que atuam no EES?
- Nome do EES:
- Localização do EES?

2. Forma de organização

- () Grupo informal
- () Associação
- () Cooperativa

3. Caracterização dos associados:

Mulheres Idade:

- menos de 20 anos ()
- entre 21 e 35 anos ()
- entre 36 e 46 anos ()
- mais de 46 anos ()

Homens Idade:

- menos de 20 anos ()
- entre 21 e 35 anos ()
- entre 36 e 46 anos ()
- mais de 46 anos ()

4. Escolaridade

Mulheres:

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Terceiro Grau Incompleto
- Terceiro Grau Completo

Homens:

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Terceiro Grau Incompleto
- Terceiro Grau Completo

Renda mensal:

- Menos de 1 salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimo
- Mais de 2 salários mínimos

5. Descrição do EES

- Situação atual da organização

- Em funcionamento/operando Em implantação

- Encontra-se formalizada legalmente

- Sim Não

- Possui instalações

- próprias
- alugada

- Possui matéria-prima necessária para realização de suas atividades

- Sim Não Há dificuldades a esse respeito

- Há orientação técnica para melhor gerir o EES

- Sim Não Há dificuldades a esse respeito

- Possui endividamento

Sim Não Há dificuldades a esse respeito

- Os produtos são comercializados

Em âmbito local (município) Regional Há dificuldades a esse respeito

- Como são comercializados os produtos:

venda direta ao consumidor

venda a revendedores/atacadistas

venda a órgão governamental

troca com outros empreendimentos solidários

venda a outros empreendimentos solidários

depende de pedidos

- Observa viabilidade de crescimento do EES:

Sim Não

- Como o EES administra os valores, como são direcionados

para investimentos

apenas para pagamento de contas

apenas para rateio entre os associados

- Há um Estatuto Social:

Sim Não está sendo providenciado

- Como observa a viabilidade econômica do EES

Boa

Muito boa

Ainda há muito o que fazer

- Como entende a oportunidade de concretizar esse tipo de EES

eficaz em âmbito social

eficaz em âmbito de geração de renda

oportunidade de estar empregado

oportunidade de inclusão no mercado devido à faixa etária e sexo

- Como primeiro objetivo da criação do EES, você diria que:

é a necessidade de renda

é a necessidade de emprego

é a diferença de atuar de forma associativa e solidária

- Você acredita que seria necessária maior qualificação técnica no EES, o que geraria maior oportunidade de desenvolvimento:

Sim

Não

6. No ramo de atuação do EES, há muita concorrência

Sim

Não

7. Contabilidade é terceirizada:

Sim

Não

Não possui

Há apenas um controle informal

- É utilizado algum tipo de relatório para controle

Sim

Não

- Tipos de relatórios:

contábeis

planilhas com dados de entrada e saída

anotações informais

nenhum tipo de controle

8. Dificuldades encontradas quanto à gestão dos EES

Realização de controles

Utilização da informática

Utilização de relatórios contábeis

Administração das atividades entre os participantes

9. Existe alguma instituição que apóia o EES:

ONGs

Universidade

Prefeitura Municipal

Governo Estadual

Governo Federal

10. Cite os três principais produtos ou serviços do empreendimento:

- Origem da matéria-prima:

- aquisição de outros EEs
- aquisição de empresa privada
- associados(as)
- aquisição de produtores não-sócios
- doação
- coleta (materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato)
- Outra. Qual? _____

11. O EES utiliza algum tipo de divulgação de seu produto

sim não

- Quais os meios de divulgação do EEs

- Cartazes, folders e panfletos
- jornais e revistas
- emissora de rádio comercial
- mídia televisiva
- feiras e exposições eventuais
- divulgação boca-boca

12. No momento, existe necessidade de financiamento/crédito?

- sim
- não

13. Quais as instâncias de direção e coordenação do empreendimento? (múltiplas respostas)

- Assembléia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios/as;
- Diretoria/conselho diretor/coordenação;
- Conselho Consultivo;
- Conselho Administrativo;
- Conselho Fiscal;
- Comissão ou Conselho de Ética;
- Grupos de Trabalho, comissões ou núcleos;
- Outro. Qual?

14. Quais as formas de participação de sócios(as) nas decisões (múltiplas respostas)

- Acesso aos registros e informações do empreendimento;
- Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembléia Geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- Eleição da diretoria em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- Prestação de contas aos sócios(as) em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- Contratações e remunerações definidas em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- Plano de trabalho definido em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios/as;
- Participação nas decisões cotidianas do empreendimento;
- Não existem mecanismos de participação.

15. Qual a periodicidade da assembléia geral/reunião do coletivo de sócios/as do empreendimento?

- Anual ou + de 1 ano
- Bimestral ou trimestral
- Semanal ou quinzenal
- Semestral
- Mensal
- Não realiza assembléia geral/reunião coletiva dos sócios(as).

16. No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram:

- Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente;
- Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra;
- Não deu para pagar as despesas;
- Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo de resultado coletivo).

17. Se houve sobra/excedente (resposta 1 da questão anterior), qual o Destino? (múltiplas respostas)

- Fundo de investimento; Fundo de reserva;
- Fundo de assistência técnica e educacional; Fundo de solidariedade;
- Integralização de capital; Distribuição entre sócios(as); Outro. Qual?